



**Neusa Helena Pereira
Tavares**

**Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados
pelas empresas com valores admitidos à
negociação em Itália**



**Neusa Helena Pereira
Tavares**

**Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados
pelas empresas com valores admitidos à
negociação em Itália**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade – Ramo Fiscalidade, realizada sob a orientação científica da Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo, Equiparada a Professora adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho à minha família e aos meus amigos.

O júri

PRESIDENTE	Helena Coelho Inácio, Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro
ORIENTADOR	Graça Maria do Carmo Azevedo, Equiparada a Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro
ARGUENTE	Catarina Judite Morais Delgado, Professora Auxiliar da Faculdade de Economia do Porto

Agradecimentos

Agradeço a minha professora e orientadora Doutora Graça Maria Do Carmo Azevedo pela colaboração neste estudo. Agradeço também aos meus familiares e amigos pelo apoio manifestado ao longo de todo o trabalho.

Palavras-chave

Regulamento 1606/2002/CE; IAS/IFRS; Italian GAAP; MIB 30.

Resumo

As empresas europeias com valores admitidos à negociação em mercados regulamentados foram obrigadas, a partir de 2005, a adoptar as IAS/IFRS na elaboração e apresentação das suas Demonstrações Financeiras Consolidadas com a adopção do Regulamento 1606/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002 relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade.

Nesta dissertação pretendemos analisar as Demonstrações Financeiras Consolidadas das empresas não financeiras do MIB 30, e verificar se a adopção das IAS/IFRS assegurou o aumento do nível de transparência e comparabilidade em matéria de apresentação das informações financeiras. Essa análise será feita através da comparação das Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com os dois normativos, o italiano e o do IASB, para uma mesma data.

Os resultados do estudo indicam que apesar das divergências entre os dois normativos, a implementação das IAS/IFRS contribuiu de forma significativa para melhorar a comparabilidade e transparência da informação financeira, nomeadamente, no que diz respeito à mensuração ao justo valor dos activos intangíveis.

Keywords

EC 1606/2002; IAS/IFRS; Italian GAAP; MIB 30.

Abstract

European companies with securities listed on regulated markets have been forced from 2005 on to adopt IAS / IFRS in the preparation and presentation of its consolidated financial statements with the adoption of the European Parliament and Council Regulation 1606/2002 of 19th July 2002 concerning the application of International Accounting Standards.

In this dissertation we intend to examine the consolidated financial statements of non-financial companies of the MIB 30, and verify whether the adoption of IAS / IFRS ensured the increased level of transparency and comparability of financial information presentation. This analysis will be carried out by comparing the financial statements prepared in accordance with both norms, the Italian and the IASB, for the same date.

The results of this study indicate that, despite differences between the two norms, the implementation of IAS/IFRS has improved the comparability and transparency of financial information, including the fair value measurement of intangible assets.

Lista de abreviaturas

ABI	Associazione Bancaria Italiana
AIAF	L'Associazione Italiana degli Avvocati per la Famiglia e per i minori
ANDAF	Associazione Nazionale Direttori Amministrativi e Finanziari
ANIA	Associazione Nazionale fra le Imprese Assicuratrici
ASSILEA	Associazione Italiana Leasing
ASSOGESTIONI	Associazione del Risparmio Gestito
ASSONIME	Associazione Italiana fra le Società per Azioni
ART	Artigo
CC	Código Civil (Código Civil)
CNDC	Consiglio Nazionale dei Dottori Commercialisti (Conselho Nacional de Doctores Comerciais)
CNDCR	Consiglio Nazionale dei Dottori Commercialisti e dei Ragionieri (Conselho Nacional de Doctores Comerciais e Contabilistas)
CONFAPI	Confederazione italiana della piccola e media industria
CONFCOMMERCIO	Confederazione Generale Italiana del Commercio.
CONFINDUSTRIA	Confederazione Generale dell'Industria Italiana
CNR	Consiglio Nazionale dei Ragionieri (Conselho Nacional de Contabilistas)
CONSOB	Commissione Nazionale per Società e la Borsa (Comissão Nacional das Sociedades e da Bolsa)
CRPC	Collegio dei Ragionieri e Periti Commerciali (Colégio de Contabilistas e Peritos Comerciais)
FIFO	First In First Out
GAAP	Generally Accepted Accounting Principles
GU	Gazzeta Ufficiale
IAS	International Accounting Standards
IASB	International Accounting Standards Board

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à
negociação em Itália

IASC	International Accounting Standards Committee
IFRS	International Financial Reporting Standards
ISTAT	Instituto Superior de Estatística
ISVAP	Istituto per la vigilanza sulle assicurazioni private e di interesse collettivo
I&D	Investigação e Desenvolvimento
JO	Jornal Oficial
LIFO	Lost In First Out
MIB	Milano Italia Borsa
NCN	Norma Contabilística Nacional
ODC	Ordine dei Dottori Commercialisti (Ordem de Doctores Comerciais)
OIC	Organismo Italiano di Contabilità
OMFP	Ordem do Ministério das Finanças Públicas
PCGA	Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites
SA	Società per Azioni (Sociedade por Acção)
S/D	Sem Data
SRL	Società a Responsabilità Limitada (Sociedade de Responsabilidade Limitada)
UE	União Europeia
VS	Versus

Índice de figuras

Figura 1 - Regulamento 1606/2002/CE	19
Figura 2 - Decreto Legislativo n.º 38/2005	20

Índice de quadros

Quadro 1 – Comparação entre as Directivas e as IAS/IFR	29
Quadro 2 – Resumo da Estrutura Conceptual do IASB	30
Quadro 3 – Amostra das empresas com valores admitidos à negociação na bolsa italiana (MIB 30).....	40
Quadro 4 – Discrição de temas (Normativo internacional/ Normativo Italiano).....	42
Quadro 5 – Artigos do Código Civil relevantes na preparação e elaboração das Demonstrações Financeiras.....	43
Quadro 6 – Ajustamentos efectuados no <i>Goodwill</i> com a aplicação das IAS/IFRS.....	52
Quadro 7 – Ajustamentos efectuados nos Activos Fixos Tangíveis com a aplicação das IAS/IFRS.....	58
Quadro 8 – Ajustamentos efectuados nos Activos Intangíveis com a aplicação das IAS/IFRS.....	62
Quadro 9 – Ajustamentos efectuados nos Inventários com a aplicação das IAS/IFRS ..	68
Quadro 10 – Ajustamentos efectuados nos Impostos Diferidos Activos com a aplicação das IAS/IFRS	75
Quadro 11 – Ajustamentos efectuados nos Impostos Diferidos Passivos com a aplicação das IAS/IFRS	76
Quadro 12 – Comparação entre o Total do Activo segundo os dois normativos.....	86
Quadro 13 – Comparação entre o Total do Capital Próprio segundo os dois normativos	87

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	V
RESUMO	VI
ABSTRACT	VII
LISTA DE ABREVIATURAS	VIII
ÍNDICE DE FIGURAS	X
ÍNDICE DE QUADROS	XI
1. Introdução	1
1.1 Enquadramento geral	2
1.2 Motivação e objectivos	4
1.3 Estrutura da Dissertação	5
2. Enquadramento do normativo Italiano	7
2.1 Contextualização do Sistema Contabilístico Italiano	8
2.2 Organismo Italiano de contabilidade	10
2.3 Recentes alterações na estrutura do regulamento italiano de contabilidade	12
2.4 Progresso em contabilidade e fiscalidade	15
2.5 A aplicação do Regulamento 1606/2002/CE em Itália	15
2.6 Harmonização Contabilística internacional	22
2.7 Harmonização Contabilística Europeia	24
2.8 Normativo italiano vs Normativo do IASB	30
2.8.1 Estrutura conceptual	30
2.8.2 Apresentação das Demonstrações Financeiras	32
2.9 Estudos já desenvolvidos	35
3. Metodologia do estudo	39
4. Análise do impacto da adopção das IAS/IFRS nos principais aspectos que originaram diferenças na informação financeira	43
4.1 Princípios contabilísticos	44

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à
negociação em Itália

4.1.1.	Enquadramento	44
4.1.2	Impacto	46
4.2	Normas de valorimetria	46
4.2.1.	Enquadramento	46
4.2.2	Impacto	48
4.3	Goodwill	49
4.3.1	Enquadramento	49
4.3.2	Impacto	51
4.4	Moeda Estrangeira	53
4.4.1	Enquadramento	53
4.4.2	Impacto	55
4.5	Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	55
4.5.1	Activos Fixos Tangíveis	55
4.5.1.1	Enquadramento	56
4.5.1.2	Impacto	57
4.5.2	Activos Intangíveis	59
4.5.2.1	Enquadramento	59
4.5.2.2	Impacto	61
4.6	Despesas de Investigação & Desenvolvimento (I&D)	64
4.6.1	Enquadramento	64
4.6.2	Impacto	65
4.7	Inventários	65
4.7.1	Enquadramento	66
4.7.2	Impacto	67
4.8	Locações (Leasing)	70
4.8.1	Enquadramento	70

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à
negociação em Itália

4.8.2	Impacto	71
4.9	Impostos Diferidos	72
4.9.1	Enquadramento	72
4.9.2	Impacto	74
4.10	Pensões	78
4.10.1	Enquadramento	78
4.10.2	Impacto	82
4.11	Acontecimentos após a data de Balanço	82
4.11.1	Enquadramento	82
4.11.2	Impacto	85
4.12	Informação financeira comparativa	85
4.12.1	Enquadramento	85
4.12.2	Impacto	85
Conclusão		89
Bibliografia		93

1. Introdução

O Regulamento 1606/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade, exigiu que todas as sociedades com valores admitidos à negociação da União Europeia (UE) a partir de 1 de Janeiro de 2005 preparassem as suas Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards (IAS/IFRS). Este Regulamento tem como objectivo harmonizar as informações financeiras apresentadas pelas sociedades, cujos títulos são negociados publicamente de *“forma a assegurar um elevado grau de transparência e de comparabilidade das demonstrações financeiras e, deste modo, um funcionamento eficiente do mercado de capitais da Comunidade e do mercado interno”* (CE, 2002: art. 1.º).

O nosso estudo será realizado através da análise de situações específicas, nomeadamente, *Goodwill*, Moeda Estrangeira, Activos Tangíveis e Intangíveis, Despesas de Investigação, Inventários, Locações, Impostos Diferidos, Pensões e Acontecimentos após a data do Balanço.

As IAS/IFRS consistem num conjunto de princípios internacionais de contabilidade que estabelece regras claras no seio da UE para que as entidades elaborem os seus relatórios anuais e as suas Demonstrações Financeiras comparáveis e transparentes. A sua adopção representa um elemento essencial para obter um Mercado de Capitais Europeu integrado, competitivo e atractivo, o que impulsionou a Comissão Europeia a apresentar este conjunto de normas contabilísticas uniformes para as sociedades com valores admitidos à negociação na UE.

Com o crescimento e a globalização dos Mercados de Capitais Internacionais, a introdução das IAS/IFRS representou uma oportunidade para os investidores, uma vez que, facilitou a avaliação dos investimentos através de maior comparabilidade.

Em Itália, a Lei Comunitária 306/2003 de 31 de Outubro de 2003, “Disposições para o cumprimento das obrigações decorrentes da adesão da Itália às Comunidades Europeias. Direito comunitário 2003” (*Disposizioni per l'adempimento di obblighi derivanti*

dall'appartenenza dell'Italia alle Comunità europee. Legge comunitaria 2003), publicada na *Gazzeta Ufficiale* (GU) n.º 266 de 15 de Novembro de 2003, autoriza o governo a adoptar um ou mais decretos legislativos da aplicação dos requisitos do Regulamento 1606/2002/CE no prazo de um ano após a entrada da lei em vigor (Legge, 2003: art. 25.º).

O Governo italiano aprovou o Decreto Legislativo 38/2005 com o objectivo de implementar as opções permitidas pelo Regulamento. Este define quais as sociedades que estão obrigadas a aplicar as IAS/IFRS, ou seja, as sociedades com valores admitidos à negociação são obrigadas a implementar as IAS/IFRS a partir de 2005 para as Demonstrações Financeiras Consolidadas e a partir de 2006 para as Demonstrações Financeiras Individuais (Cortesi, *et al.* 2009).

No início do ano 2005, as empresas italianas com valores admitidos à negociação, começaram a preparar as suas Demonstrações Financeiras Consolidadas intercalares e anuais de acordo com as IAS/IFRS, tendo também em conta as recomendações do *Committee of European Securities Regulators* (CESR), (recomendações estas emitidas em 2003, definindo regras para as sociedades com valores admitidos à negociação sobre a transição das Normas Nacionais de Contabilidade para as IAS/IFRS). A transição das normas nacionais de contabilidade para as IAS/IFRS provocou grandes mudanças em muitas empresas europeias, nomeadamente as italianas, devido as divergências existentes entre os dois referenciais contabilísticos.

1.1 Enquadramento geral

São vários os motivos pelos quais a União Europeia almejava um conjunto único de normas internacionalmente aceites, das quais podemos destacar: a competitividade internacional; a facilidade na comercialização dos valores mobiliários; a comparabilidade; a fiabilidade e a transparência das Demonstrações Financeiras entre os Estados Membros (EM).

A União Europeia deparando-se com a crescente necessidade de informação financeira harmonizada e com a complexidade do processo de harmonização contabilística, optou por força do Regulamento 1606/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 19

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação em Itália

de Julho de 2002 relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidades, impor aos seus Estados Membros a adopção das normas do International Accounting Standards Board (IASB)¹, na elaboração da informação financeira consolidada das sociedades com valores admitidos à negociação, a partir de 2005.

O Regulamento 1606/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e o Regulamento 1725/2003/CE da Comissão de 21 de Setembro de 2003 prevêm a adopção e utilização, na Comunidade Europeia, das IAS/IFRS procurando atingir um elevado nível de transparência e comparabilidade para as empresas com valores admitidos à negociação.

As sociedades obrigadas a utilizar as IAS/IFRS são aquelas cujos títulos são negociados publicamente num mercado regulamentado que apresentam contas consolidadas. Às restantes sociedades, cabe a cada Estado Membro definir o critério de abrangência (CE, 2002).

A adopção das Normas Internacionais de Contabilidade trouxe algumas vantagens para as empresas e para os investidores e analistas financeiros. Assim, podemos destacar para as empresas:

- Recurso a financiamento internacional e confiança dos investidores;
- Facilidade na elaboração e apresentação de contas das empresas multinacionais;
- Estatísticas sectoriais, nacionais e internacionais.

Para os investidores e analistas financeiros, destacamos:

- Permite comparar hipóteses alternativas de investimento além-fronteiras;
- Diminui o risco e a complexidade das análises.

No que diz respeito à adopção das IAS/IFRS, é essencial estabelecer um regime de aplicação apropriado e rigoroso para reforçar a confiança dos investidores nos mercados financeiros. A Comissão Europeia manteve-se em contacto com os Estados Membros, nomeadamente através do Comité das Autoridades de Regulamentação dos Mercados

¹ Responsável pela emissão das IAS/IFRS.

Europeus de Valores Mobiliários (CARMEVM), para definir uma abordagem comum relativamente à aplicação dessas normas (CE, 2002).

Embora a data da adopção das normas foi 2005, o Regulamento permitiu aos Estados Membros a sua adopção gradual. Os Estados Membros podiam ainda diferir a aplicação de certas disposições até 2007 quanto às sociedades com valores admitidos à negociação na Comunidade e num mercado regulamentado de qualquer país terceiro e que já teriam aplicado outro conjunto de normas aceites internacionalmente como base principal para as suas contas consolidadas, bem como às sociedades nas quais só os títulos de dívida são negociados publicamente. A todas as sociedades com títulos negociados publicamente num mercado regulamentado da Comunidade Europeia, era crucial que até 2007, o mais tardar, fosse aplicado um conjunto único de Normas Internacionais de Contabilidade de âmbito global (CE, 2002).

O grande objectivo deste Regulamento era a comparabilidade e esperava-se que pudesse ajudar a eliminar as barreiras do comércio de além fronteiras de uma forma segura e, consequentemente, aumentar a eficiência dos mercados, reduzindo o custo do aumento de capital das entidades dos Estados Membros. Actualmente, a aplicação das IAS/IFRS pelas sociedades com valores admitidos à negociação é considerado como um factor crucial ao proporcionar um único Mercado de Capitais Europeu (Reis, 2009).

1.2 Motivação e objectivos

Com o presente trabalho pretende-se analisar o impacto, no momento da transição, da adopção das IAS/IFRS na elaboração das Demonstrações Financeiras das sociedades com valores admitidos à negociação na bolsa italiana, em especial as que faziam parte do MIB 30 em 2005, data a partir da qual as sociedades mencionadas, tendo por base o Regulamento 1606/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho tinham que elaborar as suas contas consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, comparando as informações contidas nas Demonstrações Financeiras elaboradas com base nas Normas Nacionais e nas Normas Internacionais de Contabilidade.

O objectivo é verificar se as Demonstrações Financeiras elaboradas na mesma data, por dois normativos diferentes, apresentam informações divergentes e materialmente

relevantes, que influenciem os utentes das informações financeiras na tomada de decisões. Também pretendemos verificar, se a adopção das IAS/IFRS melhorou a qualidade da informação financeira, e se essa informação se tornou mais útil para a tomada de decisões por parte dos utentes.

Para além dos objectivos principais deste estudo, analisámos também as decisões tomadas pelo governo italiano, aquando das opções permitidas pelo Regulamento 1606/2002/CE no art. 5.º - “opções relativas às contas anuais e às sociedades cujos títulos não são negociados publicamente”. Consideramos que em Itália, o conteúdo da Norma Contabilística Nacional (NCN) n.º 11 - Demonstrações Financeiras – objectivos e postulados (*Bilancio d'esercizio - finalità e postulati*), não se afasta muito do estipulado pelo IASB, no que diz respeito à “Estrutura para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras.

1.3 Estrutura da Dissertação

Com esta dissertação analisámos os impactos da aplicação do Regulamento 1606/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, especificamente, os efeitos da adopção das IAS/IFRS no momento de transição nas Demonstrações Financeiras das Entidades com Valores Admitidos à Negociação: Impactos declarados pelas Empresas Italianas.

Além da introdução e conclusão, esta dissertação está estruturada em três partes. Após a introdução, desenvolvemos o enquadramento do normativo italiano e para isso efectuamos uma revisão bibliográfica no sentido de seleccionar os textos mais relevantes visando constituir uma verdadeira problemática de investigação no âmbito do qual iremos procurar teorizar o problema, atestando que há questões em aberto susceptíveis de serem abordadas e investigadas.

De seguida, descrevemos a metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo passando depois para o ponto mais extenso, onde relatamos os princípios contabilísticos, as normas de valorimetria e a análise do impacto da adopção das normas nos principais aspectos que originaram diferenças nas informações financeiras.

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à
negociação em Itália

Por último são apresentadas as conclusões do estudo, onde retratamos, de um modo geral e resumido, os efeitos da adopção das IAS/IFRS.

2. Enquadramento do normativo Italiano

Para uma melhor percepção do enquadramento contabilístico Italiano, consideramos oportuno fazer uma breve abordagem territorial e económica do país.

A Itália é um país localizado no Sul do Continente Europeu. O território italiano, predominantemente montanhoso, com excepção da planície do Pó na região da Emília-Romana, estende-se dos Alpes até ao Mar Mediterrâneo, onde se situam as ilhas da Sicília, da Sardenha, de Elba e cerca de 70 ilhas mais pequenas. Na península italiana existem dois pequenos Estados independentes: a Cidade do Vaticano, em Roma, e a República de São Marinho. O país era tradicionalmente agrícola, mas hoje a maioria das regiões do norte são altamente industrializadas.

Desde a abolição da monarquia, em 1949, a Itália tem tido uma República presidencial com poderes do Estado dividido entre o Parlamento e o Judiciário. O Parlamento, bicameral², é constituído pelo Senado (*Senato della Repubblica*), ou Câmara Alta, e pela Câmara dos Deputados (*Camera dei Deputati*). As eleições têm lugar de cinco em cinco anos.

A Itália foi um membro fundador da União Europeia (UE), anteriormente designada por Comunidade Económica Europeia (CEE), através do Tratado de Roma em 25 de Março de 1957 em Roma, juntamente com mais cinco membros: Alemanha, Bélgica, França, Luxemburgo e Países Baixos.

Os principais sectores da economia italiana são: o turismo, a moda, a construção mecânica, os produtos químicos, o sector automóvel e a alimentação. As regiões do Norte contam-se entre as mais ricas da Europa em termos de rendimento *per capita*.

² É a prática política em que a legislatura de um país é devida em duas câmaras: Câmara Baixa que é o nome dado à Câmara dos Deputados ou dos representantes e Câmara Alta também denominada por senado.

2.1 Contextualização do Sistema Contabilístico Italiano

Durante a Dominação Napoleónica³, o Código Comercial Francês foi adoptado em toda a Itália. Posteriormente, quando diversos Estados foram reconstituídos, esse Código francês foi adoptado nas legislações de cada um destes Estados.

Em 1882, o Código Comercial Italiano nos seus art. 22.º e 176.º fez referências à disciplina de contabilidade. Este código foi muito influenciado pelo Código Comercial Francês vigente na época. No art. 22.º, estabelece que o comerciante elabore em cada ano um inventário dos seus bens móveis e imóveis, bem como dos seus débitos e créditos, qualquer que seja a respectiva natureza e proveniência; o inventário fecha-se com o Balanço e com a conta de proveitos e custos.

O artigo 176.º, refere-se às sociedades anónimas e às sociedades em comandita por acções, fazendo referências a princípios e normas, apesar de não indicar com objectividade a forma e o conteúdo do Balanço e da Demonstração dos Resultados, bem como os critérios de valorização a adoptar. Estabelece ainda um princípio geral onde os utilizadores devem mostrar de forma verdadeira e apropriada (*evidenza e verità*) a situação financeira e os resultados económicos da entidade, evidenciando o capital social realmente existente e a quantia de depósitos efectuados regularmente e os efectuados com atraso.

O Código Civil (CC) de 1942 substituiu o anterior Código Comercial, passando a regular as contas das empresas de forma mais abrangente, adicionando outros princípios para referir a imagem verdadeira e apropriada da informação financeira, bem como os critérios de valorização e apresentação das Demonstrações Financeiras. De acordo com o referido princípio básico do art. 2423.º do CC, os administradores da empresa devem apresentar um conjunto de Demonstrações Financeiras constituído pelo Balanço, pela Demonstração dos Resultados e pelas notas explicativas, e ainda esclarece que as contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados devem ser elaboradas com clareza e precisão (*chiarezza e precisione*), de modo a apresentar de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e os resultados da entidade. Foi geralmente aceite que a

³ Época em que a Itália foi liderada pelo Rei Napoleão Bonaparte (1805-1814).

“clareza e a simplicidade” se referisse à forma e ao conteúdo, enquanto que a “precisão e a verdade” se referisse à avaliações (Alexander e Archer, 2003).

O Código Civil estabelece no seu art. 2423.º - bis os princípios pelos quais se rege a preparação das Demonstrações Financeiras e o art. 2423.º- ter apresenta as notas explicativas do Balanço e da Demonstração dos Resultados. O artigo seguinte, art. 2424.º do CC, refere com clareza o conteúdo mínimo que um Balanço deve conter indicando os activos e passivos que devem ser incluídos neste, o art. 2425.º descreve o conteúdo que a Demonstração dos Resultados deve conter e o art. 2426.º descreve os critérios de valorização. O formato das contas foi implicitamente indicado pelas disposições legais para o Balanço.

O Código Civil de 1942 não mencionou nenhum conteúdo obrigatório da Demonstração dos Resultados, deste modo, as entidades foram obrigadas a apresentar informações muito condensadas e insatisfatórias em relação ao resultado do seu desempenho (Alexander e Archer, 2003).

Examinando cuidadosamente a evolução da regulamentação contabilística em Itália, antes da reforma de 1991, os passos mais significativos podem ser brevemente resumido como se segue.

A obrigatoriedade da elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras para as sociedades por acções – sociedades anónimas (*societa per azioni*) entrou em vigor em Itália desde 1864/65. Em 1882 o artigo 176.º do Código Comercial estabelece o princípio geral (Zambon e Saccon, 1993), já referido anteriormente.

O Código Civil é a base da maior parte dos Regulamentos contabilísticos na Itália. Entretanto, de acordo com Amat e Blake (1996), as leis fiscais exercem uma grande influência sobre as leis contabilísticas, uma vez que só se contabilizam os rendimentos e gastos aceites fiscalmente.

Lawrence (1996), confirma que os Regulamentos de contabilidade estão na sua maioria expostos no Código Civil, e realça que estes foram inseridos durante a dominação Francesa da Itália no século XIX.

Em Itália não existia um organismo de contabilidade responsável pela emissão de normalização contabilística. No entanto, esta tarefa era desempenhada por um comité constituído por *Consiglio Nazionale dei Ragionieri* (CNR) e *Consigli Nazionale dei Dottori Commercialisti* (CNDC). Dessa junção surgiu o *Consiglio Nazionale dei Dottori Commercialisti e dei Ragionieri* (CNDRC), com o objectivo de formular normas contabilísticas que tendem a ser “amplas e genéricas”. Estas normas foram reconhecidas pela *Commissione Nazionale per Società e la Borsa*⁴ (CONSOB) e devem ser utilizadas pelas empresas com valores admitidos à negociação na bolsa. A CONSOB é um organismo autónomo autorizado para controlar o funcionamento da Bolsa de Valores Italiana. Identifica os tipos e conteúdos das informações a serem fornecidas ao público pelas sociedades com valores admitidos à negociação (por exemplo, as Demonstrações Financeiras Consolidadas) e verifica o cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei.

2.2 Organismo Italiano de contabilidade

O Organismo Italiano de Contabilidade (OIC) surgiu da necessidade sentida pelas entidades públicas e privadas de constituir um organismo *standard* de contabilidade nacional, com ampla representatividade, capaz de expressar com coerência as exigências nacionais em matéria de contabilidade.

No exercício das suas actividades, o OIC deve:

- aprovar as normas de contabilidade para a elaboração das Demonstrações Financeiras das entidades em que não são previstas a aplicação das normas internacionais, como por exemplo, para o sector privado, público e organizações sem fins lucrativos;
- apoiar a aplicação das IAS/IFRS na Itália, em estreita colaboração com a EFRAG, o IASB e outros organismos de normalização contabilística na Europa;
- ajudar o legislador na promulgação na legislação em matéria de contabilidade e afins,

⁴ Em português “Comissão Nacional de Valores Mobiliários e Bolsa”.

- promover a cultura contabilística.

O OIC foi constituído sob a forma jurídica de uma fundação em 27 de Novembro de 2001. É um organismo privado e independente e foi fundado por diversas entidades públicas e privadas interessadas na área de contabilidade. No acto constitutivo, participaram como fundadores, as entidades e as associações relacionadas com a actividade contabilística, a ASSIREVI, o CNDC e o CNR. As outras entidades, associações e organismos que fizeram parte da fundação foram a ABI, a ANDAF, a ANIA, a ASSILEA, a ASSONIME, a CONFAPI, a CONFCOMMERCIO e a CONFINDUSTRIA; a AIAF, a ASSOGESTIONI, os Orçamentos Centrais (Centrale Bilanci), e a Borsa Italiana. O Ministério da Justiça, da Economia e das Finanças juntamente com os órgãos sectoriais e de fiscalização como a Banca de Itália, a CONSOB, e ISVAP, aprovaram e apoiaram a iniciativa da constituição do novo organismo. A composição do Conselho de Administração segue o critério de uma representação rigorosa das diferentes entidades públicas e privadas interessadas na área de contabilidade: revisores, preparadores da informação financeira, analistas financeiros, investidores institucionais, mercado de acções e sector público.

O OIC substitui o CNDRC, o organismo profissional que desde 1975 foi emissor das normas nacionais de contabilidade, tendo um papel mais significativo visto que, responde às necessidades de contabilidade em muitas áreas: empresas com valores admitidos à negociação ou não, Organizações sem Fins Lucrativos e Administrações Públicas.

Em 2003 a OIC preparou um guia operativo para a transição das IAS/IFRS na Itália destacando as diferenças entre as legislações nacionais e internacionais. O projecto do guia foi publicado para comentários em Dezembro de 2004 e aprovado pelo Comité Executivo em 2005. Sem dúvida, mostra um compromisso mais intenso não só no contexto nacional, mas também no domínio da contabilidade internacional em relação ao seu predecessor. Tenta ter alguma influência sobre o desenvolvimento das IAS/IFRS pela formulação de comentários oficiais sobre estas e sobre as interpretações dirigidas para o EFRAG e o IASB.

Apesar da constituição da instituição OIC, a CNCDR continua activa, promovendo seminários, congressos e iniciativas de formação e constitui uma comissão para as normas contabilísticas (*commissione per i principi contabili*), que tem como objectivo desenvolver questões relacionadas com a interpretação das legislações contabilísticas nacionais e internacionais.

2.3 Recentes alterações na estrutura do regulamento italiano de contabilidade

A Itália foi o primeiro país da Europa a aprovar uma lei permitindo que as empresas com valores admitidos à negociação num mercado regulamentado utilizassem normas de contabilidade de reconhecimento internacional na elaboração das suas Demonstrações Financeiras Consolidadas (Delvaille *et al.*, 2005).

As Demonstrações Financeiras Consolidadas têm como objectivo proporcionar informações de um grupo, como se de uma empresa se tratasse.

Em Itália, a legislação que fala sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas é o Decreto Legislativo n.º 127/91 de 9 de Abril de 1991, relativo à transposição das Directivas n.º 78/660/CEE e n.º 83/349/CEE do Conselho para a legislação nacional, em conformidade com o artigo 1.º, n.º 1, da Lei n.º 69 de 26 de Março de 1990 e a norma contabilística n.º 17 – *Il Bilancio consolidato* (As Demonstrações Financeiras Consolidadas).

O n.º 2 do art. 29.º do Decreto Legislativo n.º 127/91, menciona que as Demonstrações Financeiras Consolidadas devem ser elaboradas com clareza e devem apresentar a situação e o resultado económico do conjunto de empresas (empresa-mãe e filiais) de forma verdadeira e apropriada.

O art.º 25 do mesmo Decreto estabelece quais as entidades obrigadas a elaborar e apresentar Demonstrações Financeiras Consolidadas, que são:

- as sociedades anónimas, em comandita por acções e as de responsabilidade limitada que controlem uma sociedade;

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação em Itália

- Entidades públicas que tenham por objecto principal o exercício de uma actividade comercial e que controlem uma sociedade.

As isenções da obrigação de elaborar Demonstrações Financeiras Consolidadas, previstas no art. 27.º do Decreto Legislativo n.º 127/91, art. 27.º do Decreto Legislativo n.º 87/92 e do art. 61.º do Decreto Legislativo n.º 173/97 não são aplicáveis às empresas italianas com valores admitidos à negociação nos mercados regulamentados em Itália ou em outros países da UE.

O Decreto Legislativo n.º 58, de 24 de Fevereiro de 1998, no n.º 2 do art. 117º diz que o Ministro da Justiça em concordância com o Ministro da Economia e das Finanças estabeleceram num Regulamento as normas contabilísticas internacionalmente aceites compatíveis com as normas contabilísticas estabelecidas nas directivas comunitárias, que as entidades emitentes de instrumentos financeiros admitidos à negociação nos mercados regulamentados em Itália, ou noutros países da UE ou países terceiros possam utilizar, por derrogação das normas em vigor na preparação das suas contas consolidadas, desde que tais normas sejam aceites pelos mercados de países terceiros. Estas normas devem ser identificadas com base numa proposta da CONSOB, a ser formulada de acordo com as entidades financeiras referidas no art. 1.º do Decreto Legislativo n.º 87/92 e do Decreto Legislativo n.º 173/97.

No entanto, a interpretação desse Decreto Legislativo foi pouco clara no que respeita à adopção das IAS/IFRS ou *United States Generally Accepted Accounting Principles* (US GAAP). De acordo com o Decreto Legislativo n.º 58 de 1998 as IAS/IFRS são as normas internacionais de contabilidade mais fidedignas. Nessa altura, em 1998, a entidade reguladora da bolsa italiana, a CONSOB, fez referência explícita sobre as IAS/IFRS para solucionar os problemas de contabilidade não abrangidos pelas normas contabilísticas italianas existentes. Mais tarde, em 1994 e 1999, a CONSOB realçou a necessidade da utilização das IAS/IFRS.

A reforma da lei da empresa em Itália começou com o *Legge Delega*⁵ n.º 366 de 2001. As disposições do art. 6º *permitem* a utilização das IAS/IFRS pelos grupos dirigidos

⁵ No Direito Constitucional italiano é chamado “*Legge Delega*” à Lei que é aprovada pelo Parlamento que autoriza o Governo a legislar sobre um assunto específico.

internacionalmente. O *Legge Delega* parecia estar em conformidade com o Decreto Legislativo n.º 58 de 1998, referindo assim, que foi claramente concebido para ampliar o art. 117º, favorecendo a homogeneidade em termos de transparência das informações financeiras para as empresas com valores admitidos à negociação ou não. (Devaille *et al.*, 2005).

No entanto, muitos comentários assinalaram uma indeterminação nos objectivos da lei, em particular as condições para a utilização das Normas Internacionais de Contabilidade, bem como a identificação das normas reconhecidas internacionalmente que poderiam ser consideradas na elaboração das Demonstrações Financeiras. Mais uma vez, o Regulamento italiano não tomou uma posição clara em relação as IAS/IFRS. Por outro lado, o art. 6º do *Legge Delega* poderia potencialmente ter introduzido as IAS/IFRS em Itália para todos os grupos dirigidos internacionalmente, isto é, para as empresas com valores admitidos à negociação ou não (Devaille *et al.*, 2005).

Finalmente, em 17 de Janeiro de 2003, o Decreto Legislativo n.º 6 (DLg, 2003) fez a reforma eficaz do direito das sociedades. O legislador optou por deixar grandes alterações no quadro contabilístico para o Regulamento Europeu e para a implementação das directivas contabilísticas. A inovação do direito das sociedades tinha como objectivo a elaboração das Demonstrações Financeiras de forma mais verdadeira e apropriada, como por exemplo, pela integração do princípio da substância sob a forma, mas ficaram aquém das expectativas porque não mudaram devidamente para as Normas Internacionais de Contabilidade. Tomando como exemplo o caso das Locações financeiras, a lei exige que os activos fixos, sejam reconhecidos no Balanço do locador, impedindo o reconhecimento de acordo com a IAS 17, uma vez que, no Balanço do locatário os activos não aparecem, mas a informação deve ser divulgada nas notas (Devaille *et al.*, 2005).

A directiva do justo valor (Directiva 2001/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho) foi implementada no direito comercial italiano em Dezembro de 2003, através do Decreto Legislativo nº 394/2003 sem afectar os critérios de valorimetria, mas exige informações adicionais nas notas e nos relatórios de gestão (Devaille *et al.*, 2005).

2.4 Progresso em contabilidade e fiscalidade

A recente reforma do direito das sociedades e do sistema fiscal reduziu a forte interdependência das normas contabilísticas e das legislações fiscais na Itália. O Decreto Legislativo n.º 6/2003 eliminou a regra comercial, permitindo assim *items* fiscais nas contas, mas com a devida divulgação, relacionada com os mesmos nas notas explicativas, e o Decreto Legislativo n.º 344/2003 eliminou a regra fiscal que exigia a inclusão de determinadas despesas nas Demonstrações Financeiras para que possam fiscalmente aceites.

Antes do Decreto Legislativo n.º 6/2003, para a valorização dos elementos que compõem as Demonstrações Financeiras, as empresas podiam optar pelos critérios valorimétricos estabelecidos no art. 2426.º do CC ou critérios fiscais previstos no *Testo Único delle Imposte sui Redditi* (TUIR⁶). Com esse decreto, houve uma separação entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal.

Assim sendo, as empresas foram abrigadas a utilizar as normas contabilísticas para a elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras, devendo efectuar as eventuais correcções fiscais (aumento ou diminuição do resultado contabilístico para obtenção do resultado fiscal) em sede da declaração fiscal de rendimentos.

As novas disposições continuam a exigir que o rendimento tributável seja calculado através das Demonstrações Financeiras para fins comerciais, ou seja, a partir do resultado contabilístico, mas com diferentes medidas exigidas pela legislação fiscal, para que actuem separadamente na declaração de imposto. A reforma tributária prevê uma solução flexível (Delvaille, *et al.* 2005).

2.5 A aplicação do Regulamento 1606/2002/CE em Itália

O objectivo da União Europeia com a aplicação do Regulamento 1606/2002 é a harmonização contabilística entre os países membros. Antes do Regulamento, as directivas comunitárias da União Europeia já desempenhavam um papel crucial no processo de harmonização.

⁶ Código do Imposto sobre o Rendimento

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação em Itália

A IV Directiva (78/660/CEE) relativa às contas anuais de certas formas de sociedades e VII Directiva (83/349/CEE) relativa às contas consolidadas sobre o direito das sociedades, de acordo com a COM, 1995 (508) fornecem uma base harmonizada para a elaboração das contas das empresas individuais e de grupos de empresas na União Europeia permitindo um aumento geral da qualidade das normas contabilísticas, melhorando a comparabilidade das contas e, conseqüentemente, das condições das actividades transfronteiras, tendo ainda permitido o reconhecimento mútuo das contas para efeitos de admissão à cotação dos valores mobiliários em toda a União.

Com base nas disposições das directivas, coube a cada Estado Membro criar as suas próprias leis adequando pelo menos os requisitos mínimos exigidos por estes.

Em Itália, a introdução da IV Directiva (78/660/CEE) e da VII Directiva (83/349/CEE) no ordenamento jurídico italiano foi efectuada tardiamente, em 9 de Abril de 1991 pelo Decreto Legislativo n.º 127/91, de 9 de Abril.

Dada a evolução dos mercados, a União Europeia decidiu tomar medidas para reforçar a comparabilidade das Demonstrações Financeiras elaboradas pelas sociedades, em particular, aquelas cujos valores mobiliários estão admitidos à negociação num mercado regulamentado. As Normas Internacionais de Contabilidade foram revistas, em parte como resultado das exigências da União Europeia e, actualmente, fornecem normas de contabilidade abrangentes e bases conceptuais sólidas de informação financeira destinada a atender às necessidades das empresas e dos utentes. Foram eliminadas, designadamente, algumas alternativas concedidas pela IAS/IFRS na avaliação dos activos e dos passivos, de modo a evitar divergências na informação financeira.

O Regulamento comunitário n.º 1606/2002 de 19 de Julho de 2002 (publicado no Jornal Oficial (JO) da União Europeia n.º 243 de 11 de Setembro de 2002 que entrou em vigor no dia 14 de Setembro de 2002) prevê a aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade e exige que todas as sociedades da União Europeia, com valores admitidos à negociação num mercado regulamentado preparem as suas Demonstrações Financeiras Consolidadas em conformidade com as IAS/IFRS. O Regulamento prevê que:

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação em Itália

- os Estados Membros exijam às sociedades cujos valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado e aquelas que se preparam para solicitar a admissão à negociação dos seus valores mobiliários elaborem as suas contas consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade;
- os Estados Membros permitam ou exijam às sociedades com valores mobiliários, referidos no parágrafo anterior, a elaborarem as suas contas anuais (Demonstrações Financeiras não consolidadas), em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade e às sociedades cujos valores mobiliários não são negociados publicamente que elaborem as suas contas consolidadas e/ou as suas contas anuais em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade.

Com a permissão, supra citada, do Regulamento 1606/2002/CE permitindo aos Estados Membros alargar a exigência de aplicação das IAS/IFRS, a Itália optou em 2003 através do artigo 25.º da Lei n.º 306⁷ de 31 de Outubro de 2003 para além das empresas exigidas pelo Regulamento, que também deve abranger:

- as sociedades com valores admitidos à negociação, na elaboração das suas contas individuais;
- as sociedades emitentes de instrumentos financeiros para o público, na elaboração das suas contas individuais e consolidadas;
- os bancos e os intermediários financeiros sujeitos à supervisão do Banco de Itália, na elaboração das suas contas individuais e consolidadas;
- as empresas seguradoras para as suas contas consolidadas, mas neste caso, se não apresentarem contas consolidadas e forem sociedades com valores admitidos à negociação, na elaboração das suas contas individuais.

⁷ Contém disposições para o cumprimento das obrigações decorrentes da adesão da Itália à União Europeia. “Lei Comunitária de 2003”.

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação em Itália

A Itália tem exercido a opção prevista no Regulamento comunitário para permitir a utilização das IAS/IFRS para as empresas com valores não admitidos à negociação. A regra essencial exclui a utilização das IAS/IFRS para as empresas que elaboram as suas Demonstrações Financeiras de forma abreviada⁸ previsto no artigo 2435-bis do CC. Na verdade, as empresas com valores não admitidos à negociação que preparam as suas Demonstrações Financeiras na sua totalidade têm a opção de utilizar as IAS/IFRS, relativamente às suas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

O Regulamento 1606/2002/CE prevê ainda que, para adoptar uma norma internacional de contabilidade, é necessário, em primeiro lugar, que a mesma satisfaça o requisito fundamental constante das directivas IV (n.º 3 do art. 2.º) e VII (n.º 3 do art. 16.º), isto é, que a sua aplicação apresente de forma verdadeira e apropriada a situação financeira e os resultados da empresa e que satisfaça os critérios de inteligibilidade, relevância, fiabilidade e comparabilidade requeridos das informações financeiras necessárias para a tomada de decisões económicas e apreciação da eficácia da gestão.

A adopção das Normas Internacionais de Contabilidade foi formalizada pela UE com o Regulamento 1725/2003/CE de 29 de Setembro de 2003, que adoptou certas Normas Internacionais de Contabilidade nos termos do Regulamento 1606/2002/CE, publicado no JO da União Europeia n.º L 261 de 13 de Outubro de 2003.

O organismo italiano de contabilidade é responsável, entre outras coisas, de orientar as empresas na aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade, sugerindo as eventuais alterações às disposições legislativas.

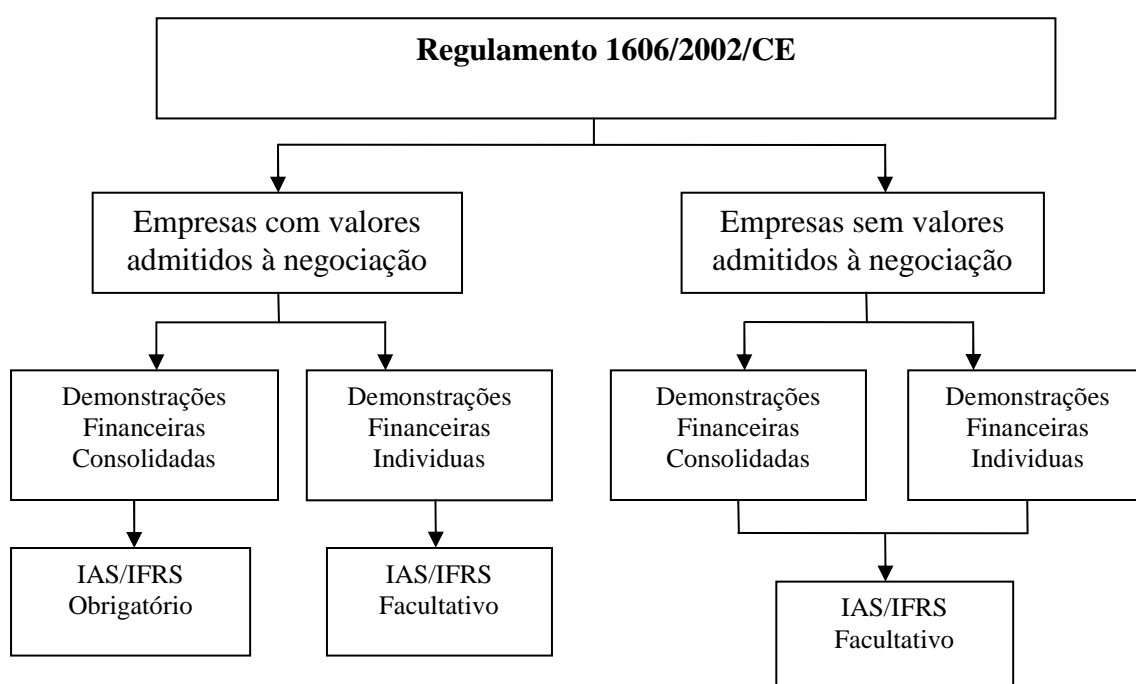
O legislador, no artigo 25 da Lei n.º 306 de 31 de Outubro e o OIC partilha da mesma opinião no que diz respeito ao alargamento da adopção das IAS/IFRS na elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da mesma empresa, sendo esta uma condição essencial para a inteligibilidade da informação, dado a utilização de políticas contabilísticas uniformes

⁸ Em Novembro de 2006 eram as sociedades que emitiam valores mobiliários negociados em mercados regulamentados que no primeiro ano ou em dois anos consecutivos, não tenham ultrapassado dois dos seguintes limites: total do activo de 4.400.000€; total de vendas e prestações de serviços de 8.800.000€; total de empregados em média no exercício de 50.

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação em Itália

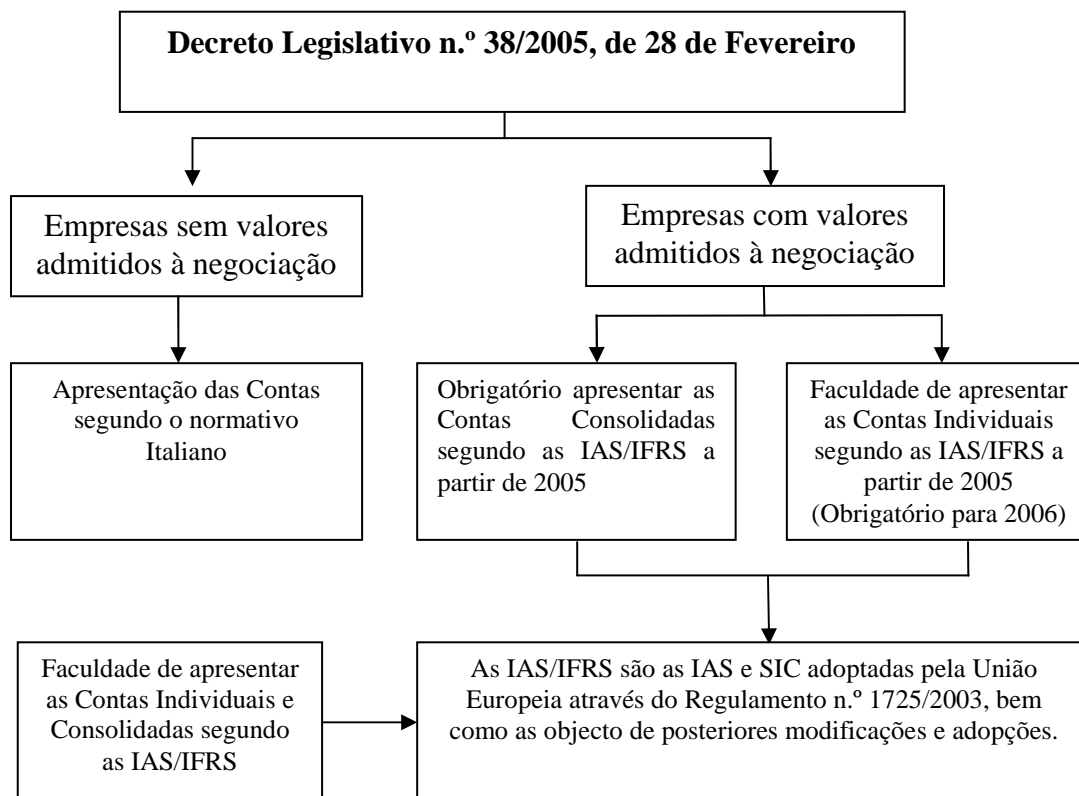
A seguir apresenta-se a figura 1 “Regulamento 1606/2002/CE” e a figura n.º 2 “Decreto Legislativo n.º 38/2005” relativas à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade, resumindo o que foi falado anteriormente. A figura 1 diz respeito às exigências e as opções prescritas, respectivamente, no artigo 4.º e 5.º e a figura 2 refere as opções tomadas pelo governo italiano no âmbito do exercício das opções previstas no artigo 5.º do Regulamento 1606/2002/CE.

Figura 1 - Regulamento 1606/2002/CE



Fonte: Elaboração própria

Figura 2 - Decreto Legislativo n.º 38/2005



Fonte: Adaptado de Abreu (2008:6)

Das figuras 1 e 2, podemos verificar que a Itália, relativamente à opção prevista no art. 5.º do Regulamento 1606/2002/CE, não obrigou as empresas com valores admitidos à negociação, a adoptarem as IAS/IFRS na elaboração das contas individuais em 2005, facultou a sua adopção nessa data. No que diz respeito às empresas sem valores admitidos à negociação, estas têm que apresentar as suas contas de acordo com o normativo italiano.

O Decreto Legislativo n.º 38/2005, como podemos constatar na figura 2 cuida da coordenação das disposições vigentes em matéria da elaboração e preparação das Demonstrações Financeiras em Itália, com as decorrentes da adopção das IAS/IFRS, a fim de resolver alguns problemas de direito contabilístico interno.

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação em Itália

Além do Regulamento 1606/2002/CE e do Decreto Legislativo n.º 38/2005, existem outros regulamentos que também contribuíram para a aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade, dos quais destacamos:

Síntese

Regulamentos n.º 1725/2003 e 707/2004 – Transposição das IAS/IFRS.

Lei n.º 306/2003 – Utilização em Itália das IAS/IFRS: Obrigação e opções.

Directiva n.º 2001/65/CE – Aplicação do *fair value* (valore equo⁹) para instrumentos financeiros (IAS 32 e IAS 39).

Directiva 2003/65/CE

- Objectivos:

- 1) Eliminar os conflitos que existem entre as directivas contabilísticas e as IAS/IFRS;
- 2) Permitir a utilização das IAS/IFRS para as sociedades da União Europeia não destinadas do Regulamento n.º 1606/2002, que elaboravam as suas contas com base nas directrizes contabilísticas.
- 3) Actualizar a estrutura fundamental das directivas contabilísticas para que estas oferecem um quadro de informação em conformidade com IAS/IFRS.

Decreto Legislativo n.º 38/2003 – Exercício de opções nos termos do artigo 5.º do Regulamento 1606/2002/CE.

⁹ Justo valor

2.6 Harmonização Contabilística internacional

A livre circulação de pessoas e de mercadorias entre países, a diversidade de princípios e critérios contabilísticos, as alterações económicas que ocorreram durante as últimas décadas no sentido da globalização e a internacionalização da economia constituíram uma força fundamental no desenvolvimento do processo de harmonização da contabilidade ao nível internacional.

Segundo Amaral (2001), o fenómeno da globalização pode ser entendido como o processo pelo qual os mercados e a produção de diferentes continentes se tornam crescentemente interdependentes, em consequência do desenvolvimento dos fluxos do comércio internacional de bens e serviços, dos fluxos de capital e das transferências de tecnologia.

A harmonização é um processo progressivo de compatibilização das normas contabilísticas e deve ser distinguida da normalização que pressupõe a total uniformização das regras e isto implica a imposição de um conjunto de normas mais rígidas, ou seja, menos flexível.

São vários os autores que distinguem harmonização e normalização. Nobes (1998), in Rodrigues e Pereira (2004:133) evidenciou que a harmonização contabilística pode definir-se como “um processo de aumento de comparabilidade das práticas contabilísticas estabelecendo-se limites ao seu grau de variação”. A harmonização implica, deste modo, um processo de conciliação de diferentes pontos de vista.

A normalização contabilística é um processo que trata de impor uma uniformidade de métodos e práticas contabilísticas em todos os países que participam no processo.

Assim, no contexto da Contabilidade Internacional, os dois termos não são antagónicos, pois implicam processos que podem convergir quando o processo de harmonização aproxima-se da uniformidade.

Contrariamente, segundo Choi e Muleller (1992), in Rodrigues e Pereira (2004:133), quando falamos de normalização significa que “uma única norma ou regra se aplica a todas as situações”

Segundo Dorel e Veronica (2009), a harmonização contabilística representa o processo que harmoniza as regras ou normas diferentes de um país para o outro, com o propósito de ser concluído e interpretado da mesma forma, e a normalização contabilística é um processo que apresenta conceitos gerais, princípios e normas de contabilidade com base nas terminologias precisas e idênticas para todos os utentes e produtores de informação contabilística na aplicação total ou parcialmente em muitos países, empresas ou contabilistas.

O objectivo da normalização contabilística consiste na elaboração das normas de contabilidade como um sistema de referência para a preparação de informações contabilística, bem como a validação social das situações financeiras (Dorel e Veronica, 2009).

De acordo com Samuel e Piper (1985), in Garcia Benau (1995), a normalização vai mais além da harmonização e “aponta para a uniformidade [...], é uma condição na qual tudo é homogéneo e invariável”. É, portanto, segundo Nobes (1998), in Rodrigues e Pereira (2004), uma tentativa de uniformização que supõe impor um conjunto de regras mais rígidas e estreitas.

Sabendo que a contabilidade é parte integrante do seu ambiente cultural, uma normalização total a nível internacional é considerada actualmente como impossível e até inútil. Com o objectivo de pôr em prática um processo que visa a redução das diferenças existentes, a harmonização deve, em primeiro lugar, tentar superar os principais obstáculos das comparações internacionais. Mas tanto a normalização como a harmonização pressupõem a redução da diversidade contabilística. Podemos dizer que a principal diferença entre elas assenta na flexibilidade, ou rigidez na aplicação das normas e nas práticas de contabilidade.

A internacionalização e a globalização da economia levaram a um elevado crescimento económico. As empresas expandiram as suas relações e actualmente existem cada vez mais empresas a actuarem a nível mundial. Contudo, o crescimento económico assenta na informação disponível pelas empresas para a tomada de decisões. Neste sentido, os mercados solicitam que a informação financeira preparada e apresentada pelas empresas

esteja de acordo com os princípios contabilísticos reconhecidos e aceites a nível internacional. Logo, aparece a necessidade de harmonização das normas contabilísticas.

A informação financeira que é preparada para os accionistas e outros interessados baseia-se num conjunto de princípios e procedimentos que variam de país para país. Esta informação é relevante para a tomada de decisão, logo tem que ser apresentada através de um conjunto de Demonstrações Financeiras credíveis, compreensíveis e fiáveis.

Existem grandes divergências nas práticas de contabilidade nos diferentes países. Esta situação gera dificuldades para aqueles que elaboram e interpretam as Demonstrações Financeiras, assim como para a comparabilidade das mesmas a nível internacional.

Como forma de evitar tais divergências, ou seja, para que haja pouca discordância nas informações financeiras entre mercados, os organismos competentes, como por exemplo o IASB, e a UE (através das directivas comunitárias) desenvolveram instrumentos (constituição de regras uniformes) com vista à harmonização contabilística.

2.7 Harmonização Contabilística Europeia

O processo de internacionalização dos negócios levado a cabo por um número razoável de empresas e de grupos económicos dos países que integram a União Europeia, conduziu à constatação das limitações das normas contabilísticas dos diversos países membros bem como à constatação de insuficiências nas Directivas Contabilísticas Comunitárias sempre que o horizonte geográfico se expande além fronteiras. As Directivas permitem opções contabilísticas aos Estados Membros que dificultam a comparabilidade, dado a diversidade das opções tomadas por cada um deles.

A este propósito, afirma Fernandes (1999:38), in Guimarães (s/d:25):

“As directivas são um conjunto de normas, apresentadas sob a forma de um texto jurídico, que consagram as posições de vários países que intervieram na sua elaboração.

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação em Itália

Em resultado disso, o número de opções, umas ao arbítrio dos Estados-membros e outras ao do das empresas, é tão grande que, na sua essência, cada país conservou as regras fundamentais que vigoram nos seus respectivos países. Em termos matemáticos, pode dizer-se que as directivas são o menor múltiplo comum das normas nacionais dos países que integram a UE.”.

A adopção das IAS/IFRS pelas empresas com valores admitidos à negociação nos mercados regulamentados dos Estados Membros resulta de uma imposição da União Europeia, pela força do Regulamento 1606/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidades, do qual já referimos anteriormente. Tal imposição é o resultado de um processo evolutivo com o objectivo de acompanhar o processo de harmonização global das Normas Internacionais de Contabilidade.

Desde a criação da Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1957 pelo tratado de Roma, que este tinha como um dos seus principais objectivos a criação de um Mercado Comum que culminaria numa União Económica e Monetária entre os seus países membros (Rodrigues e Guerreiro, 2004).

Segundo Nobes (1996), in Amaral (2001), é possível caracterizar a estratégia desenvolvida pela União Europeia, de forma a alcançar uma desejável harmonização contabilística, num processo do tipo governamental, o qual envolve representantes dos diferentes Estados Membros que preparam projectos de lei baseados numa deficiente estrutura conceptual. Trata-se de um sistema contabilístico suportado pelo poder político e que funciona, pois está explicitamente dotado de autoridade normativa, forçando ao cumprimento das leis.

A necessidade de uma informação contabilística comparável dentro da EU tomou forma no início dos anos setenta, quando se verificou que a falta de harmonização contabilística poderia constituir um obstáculo à livre circulação de factores produtivos, mais precisamente, à livre circulação de capitais (Rodrigues e Guerreiro, 2004).

A emissão das directivas por parte da União Europeia foi o instrumento legislativo utilizado na harmonização contabilística dos Estados Membros. Estas directivas

emitidas foram transpostas para o direito interno de cada Estado Membro, onde a elevada diversidade das práticas de contabilidade permitiam uma elevada opcionalidade. Daí cada país ao adaptar a sua legislação às directivas comunitárias poderia escolher a opção que melhor se adequava aos seus interesses.

Foram muitas as directivas emitidas pela UE no domínio contabilístico, mas as que mais afectam a informação contabilística dos EM de acordo com Rodrigues e Guerreiro (2004), são:

- a Quarta Directiva (78/660/CEE) do Conselho, de 25 de Julho de 1978, relativa a apresentação das contas anuais e que tem como objectivo coordenar a estrutura e conteúdo das contas anuais e o Relatório de Gestão, os métodos de valorimetria e a publicidade dos documentos.
- a Sétima Directiva (83/349/CEE) do Conselho, de 13 de Julho de 1983, relativa às contas consolidadas, pretendendo alcançar os mesmos objectivos que a anterior mas relativamente às contas das empresas de grupo, associadas e multi-grupos.
- a Oitava Directiva (84/253/CEE) do Conselho, de 10 de Abril de 1984, sobre as habilitações dos auditores, na qual se delimita a actividade da auditoria e os requisitos a cumprir pelas pessoas e sociedades que se acedam a tal actividade.

Salientamos que as directivas referidas anteriormente não regulam as Demonstrações Financeiras e contas consolidadas das entidades financeiras e empresas de seguro para as quais existem directivas específicas: a Directiva 86/635/CEE do Conselho de 8 de Dezembro de 1986 relativa às contas anuais e às contas consolidadas dos bancos e outras instituições financeiras e a Directiva 91/674/CEE do Conselho, de 19 de Dezembro de 1991, relativa às contas anuais e às contas consolidadas das empresas de seguros. Estas directivas estabelecem os requisitos específicos relevantes para a elaboração das contas por essas entidades.

Dada a grande relevância da Quarta e a da Sétima directiva na informação contabilística europeia, debruçaremos um pouco mais sobre as suas características. Neste sentido, a Quarta Directiva é o ponto fundamental de regulamentação da contabilidade europeia,

na qual encontramos quer, elementos relativos à Estrutura Conceptual como regras detalhadas de valorimetria e apresentação. Esta surge, no entanto, como resultado de um compromisso político, o que explica o grande número de opções que contém, sinónimo da divergência de interesses, de cada país, nos objectivos propostos pela directiva (Rodrigues e Pereira, 2004).

Esta directiva conjuga o tradicional objectivo inglês “*true and fair view*” (imagem verdadeira e apropriada) com os formatos das Demonstrações Financeiras tradicionais do sistema francês, com os modelos de valorimetria alternativos ao custo histórico, tradicionais da Holanda e Reino Unido, e com as regras pormenorizadas e prescritivas sobre valorização e apresentação do sistema contabilístico alemão (Rodrigues e Guerreiro, 2004).

Nos países de influência anglo-saxónica onde a contabilidade não é considerada objecto de legislação específica, a implementação desta directiva teve um impacto limitado e nos países de influência continental, a directiva teve um impacto bastante importante, uma vez que elevou o estatuto legal da contabilidade.

A Sétima Directiva estendeu os requisitos da Quarta Directiva às contas consolidadas. Esta nasce da constatação de que um número significativo de sociedades se encontra integrado em grupos empresariais e que, comumente, esses grupos assumem uma verdadeira unidade económica e financeira (Vitorino *et al.*, (s/d). Ainda de acordo com os mesmos autores o conhecimento global e unificado das contas e da situação económica desses conjuntos torna-se, por isso, fundamental na óptica de preservação da segurança e confiança dos investidores e do público em geral. Com isto, a Sétima Directiva veio impor aos Estados Membros, dentro de certos limites mínimos, a consagração nos seus ordenamentos jurídicos das obrigações de prestar contas consolidadas e de elaborar um relatório consolidado de gestão às sociedades que se encontram ligadas entre si por relações de dependência.

A Sétima Directiva também abrange o difícil problema de identificar um grupo, identificar quais as empresas que devem ser incluídas na consolidação, bem como as questões relacionadas com a escolha do método de consolidação a utilizar.

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação em Itália

Em Itália, Portugal, Espanha, Grécia e Luxemburgo, o impacto dessa directiva foi extremamente importante pois até ali a consolidação era rara, tendo apenas sido desenvolvida por um reduzido número de grupos de sociedades.

O processo de aprovação e posterior implementação das directivas na legislação de cada Estado Membro foi extremamente lento e demorado. No caso concreto da Itália, levou mais de dez anos entre a notificação da Quarta Directiva e a sua data de incorporação na legislação italiana.

A legislação italiana que incorporou a Quarta e a Sétima Directiva foi a Lei 69 de 16 de Março de 1990 e o Decreto Legislativo nº 127 de 9 Abril de 1991.

Na Itália a harmonização efectuada teve por base dois níveis:

- a nível europeu – pela aplicação das directivas 4ª, 7ª e 8ª; e
- a nível internacional – através da aplicação das normas internacionais de relato financeiro para as grandes empresas.

Estes dois níveis de harmonização influenciaram o normativo italiano no sentido de se adaptar quer à evolução europeia (pela implementação das directivas 6ª, 7ª e 8ª da CEE) quer à evolução internacional (pela implementação das normas internacionais de relato financeiro para as empresas de maior dimensão).

Para que haja uma boa estratégia de harmonização é essencial que as normas emanadas pelo IASB não entrem em conflito com as Directivas.

No quadro 1 apresentamos as principais diferenças entre as directivas e as Normas Internacionais de Contabilidade.

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação em Itália

Quadro 1 – Comparação entre as Directivas e as IAS/IFR

DIRECTIVAS	IAS/IFRS
Incluem princípios gerais, não tentando regulamentar todas as suas possíveis aplicações práticas embora isso não signifique que não incluam um guia detalhado das práticas comuns.	Referem-se a problemáticas contabilísticas específicas para as quais se elabora um guia detalhado, não considerando, no entanto, o ambiente legal em que as normas se aplicam na prática.
Prevalecem, depois de transpostas, sobre as normas de Direito de cada Estado.	Não tem força legal.
Nascem de um organismo público e são de cumprimento obrigatório.	Surgem de um organismo privado de natureza profissional, pelo que não são vinculativas, apesar de possuírem uma autoridade profissional.
Têm carácter de mínimos obrigatórios	Tratam de todos os aspectos relacionados com o objecto da norma. São muito mais detalhadas.
Aplicam-se a todas as empresas com uma determinada estrutura jurídica.	Aplicáveis a todas as empresas (embora sejam apenas aplicadas pelas empresas admitidos à negociação).
Resultam de compromissos políticos.	Resultam de um processo participativo e dinâmico, em que tomam parte, de diferente maneira, os seus membros.
São insuficientes para dar resposta a muitos problemas contabilísticos, tanto pela sua ambiguidade como antiguidade.	Constituem um corpo completo da prática contabilística que cobrem os aspectos os aspectos da moderna contabilidade. Uma das características é pois, a sua actualidade.
Incluídas no Direito de Sociedades Europeu, constituindo legislação de carácter obrigatório.	A sua aplicação tem dimensão mundial, mas é de natureza facultativa e não se enquadra num marco legislativo específico.
Elaboradas num ambiente fortemente influenciado por questões como a protecção dos credores, distribuição de lucros e tributação.	Regras sem vínculos particulares a qualquer ambiente nacional em especial

Fonte: Baseado em Rodrigues e Pereira (2004:180)

2.8 Normativo italiano vs Normativo do IASB

Consideramos relevante para o nosso estudo comparar a Estrutura Conceptual do normativo do IASB e apresentação das Demonstrações Financeiras de acordo com as IAS/IFRS com o normativo italiano, realçando algumas diferenças entre os dois normativos. A Estrutura Conceptual do IASB foi aprovada pelo International Accounting Standards Comitê (IASC), em Abril de 1989 “*Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*”¹⁰ (Framework para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras), com publicação em Julho de 1989, e foi adoptada pelo IASB em Abril de 2001. Embora o IASB não estabelece um conceito de “Estrutura Conceptual”, refere que esta procura abranger quatro níveis, que iremos abordar seguidamente.

2.8.1 Estrutura conceptual

A Estrutura Conceptual do IASB incorpora quatro níveis: o primeiro refere-se aos objectivos das Demonstrações Financeiras; o segundo trata das características qualitativas e dos componentes principais das Demonstrações Financeiras; o terceiro abrange o reconhecimento e a mensuração dos elementos das Demonstrações Financeiras; e, finalmente o quarto, que integra os conceitos de capital e de manutenção do mesmo. Resumidamente, apresentamos no quadro 2 o sumário da estrutura conceptual do IASB:

Quadro 2 – Resumo da Estrutura Conceptual do IASB

A Estrutura Conceptual do IASB trata de:

1. Objectivos das Demonstrações Financeiras;
 2. Características qualitativas e componentes principais das Demonstrações Financeiras;
 3. Definição, reconhecimento e mensuração dos elementos das Demonstrações Financeiras;
 4. Conceitos de capital e de manutenção do mesmo.
-

¹⁰ Conhecido, abreviadamente por Framework

O objectivo das Demonstrações Financeiras é o de proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade que seja útil para os utentes na tomada de decisões.

Para satisfazerem os seus objectivos, as Demonstrações Financeiras são preparadas de acordo com o regime contabilístico do acréscimo e normalmente no pressuposto de que a entidade é uma entidade em continuidade e que continuará a sua actividade no futuro previsível. Como se pode conferir, os principais princípios contabilísticos citados na Estrutura Conceptual do IASB são continuidade, consistência e acréscimo ou especialização.

Continuidade

A empresa é normalmente considerada em continuidade, isto é, como continuando a operar no futuro previsível. Pressupõe-se que a empresa não tem nem a intenção nem a necessidade de entrar em liquidação ou de reduzir de forma materialmente relevante o volume das suas operações.

Consistência

Pressupõe-se que as políticas contabilísticas são consistentes de um período contabilístico para o outro.

Acréscimo ou Especialização

Quando os proveitos e os custos são acrescidos, isto é, são reconhecidos quando obtidos ou incorridos (e não quando é recebido ou pago) e são apresentados nas Demonstrações Financeiras dos períodos a que representam.

As características qualitativas são os atributos que tornam as informações financeiras proporcionadas nas Demonstrações Financeiras úteis aos utentes. As quatro principais características qualitativas são a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade (IASB; 2001).

Mensuração é o processo de determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das Demonstrações Financeiras devam ser reconhecidos e inscritos no Balanço e na Demonstração dos Resultados.

O conceito de manutenção do capital está ligado à forma como uma entidade define o capital que procura manter; é um pré-requisito para distinguir entre o retorno sobre o capital da entidade e o retorno do seu capital.

Framework para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras salienta que a “Estrutura Conceptual” não é uma norma e que sempre que se verifique conflitos entre as IAS/IFRS e esta, prevalecem os requisitos das IAS/IFRS.

2.8.2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

A IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, semelhante a Framework para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras, tem como objectivo *“prescrever a base para a apresentação de demonstrações financeiras de finalidades gerais, por forma a assegurar a comparabilidade quer com as demonstrações financeiras de períodos anteriores da entidade quer com as demonstrações financeiras de outras entidades”* (IASB, 2004: § 1).

No que diz respeito à aplicação da IAS 1, esta tem que ser aplicada por todas as empresas com finalidades gerais¹¹ preparadas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IASB, 2004: § 2).

Dada a importância das Demonstrações Financeiras, é importante saber a sua estrutura e o seu conteúdo. Neste sentido, a IAS 1, as Demonstrações Financeiras são uma representação estruturada da posição financeira e do desempenho financeiro de uma entidade. Um conjunto completo de Demonstrações Financeiras inclui:

- a) um Balanço;
- b) uma Demonstração dos Resultados;

¹¹ Empresas com finalidades gerais são aquelas que se destinam a satisfazer as necessidades de utentes que não estejam em posição de exigir relatórios feitos para ir ao encontro das suas necessidades particulares de informação.

- c) uma Demonstração de Alterações no Capital Próprio que mostre:
 - i) todas as alterações no capital próprio; ou
 - ii) as alterações no capital próprio que não sejam as provenientes de transacções com detentores de capital próprio agindo na sua capacidade de detentores de capital próprio;
- d) uma Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- e) notas (Anexo), compreendendo um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

As Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRSs) são Normas e Interpretações adoptadas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e compreendem:

- a) Normas Internacionais de Relato Financeiro;
- b) Normas Internacionais de Contabilidade.

Com a adopção das IAS/IFRS, para além de todas as alterações que implica ao nível do reconhecimento e mensuração dos diversos elementos das Demonstrações Financeiras, implica também profundas alterações na quantidade e qualidade da informação divulgada.

A IAS 1 inclui considerações gerais sobre a apresentação das Demonstrações Financeiras, sobre a sua estrutura e as exigências mínimas para o seu conteúdo, de forma a assegurar a sua comparabilidade, não prevendo contudo modelos rígidos para o seu formato.

Uma vez que, anteriormente, já se descreveu os organismos italianos relacionados com a emissão/enforcement das normas de contabilidade, vamos agora apresentar de forma resumida o preconizado em termos de apresentação das Demonstrações Financeiras de acordo com a legislação italiana.

O art. 2423.º do Código Civil (CC) estabelece que um conjunto de Demonstrações Financeiras é constituído por:

- um Balanço;
- uma Demonstração dos Resultados; e
- um Anexo (nota integrativa).

O art. 2428.º do CC estipula que este conjunto de Demonstrações Financeiras seja acompanhado por um Relatório de Gestão sobre a situação da sociedade e a evolução da gestão.

Os artigos 2424.º e 2425.º do CC estabelecem, respectivamente, os esquemas obrigatórios do Balanço e da Demonstração dos Resultados. O art. 2427.º estabelece o conteúdo do Anexo e o art. 2428.º define os conteúdos mínimos do Relatório de Gestão.

O art. 2435.º - bis do CC, concede o direito às empresas que não excedem determinados limites relacionados com a dimensão, durante um determinado período de tempo, a elaborarem demonstrações de forma abreviada.

A Norma Contabilística Nacional n.º 12 - Composição e esquema das contas do exercício das sociedades comerciais, industriais e de serviços (*Composizione e schemi del bilancio di esercizio di imprese mercantili, industriali e di servizi*) refere que as Demonstrações Financeiras devem ser elaboradas de acordo com os correctos princípios contabilísticos, constituindo um conjunto de documentos, composto por um Balanço, uma Demonstração dos Resultados e um Anexo em conformidade com as normas do Código Civil.

A mesma norma refere que o Anexo deve fazer referência as explicações constantes do Relatório de Gestão, bem como proporcionar informações complementares para uma representação verdadeira e apropriada da situação financeira da sociedade e os resultados económicos do exercício.

Concluindo este ponto, as normas do Código Civil e a Norma Contabilística Nacional n.º 12 estão em conformidade, na medida em que, na elaboração das normas contabilísticas nacionais deve haver sintonia com a regulamentação do Código Civil.

O conteúdo do normativo italiano não se afasta muito das IAS/IFRS, apresentando as seguintes diferenças:

- segundo a IAS/IFRS é sempre necessário a elaboração das Demonstrações dos Fluxos de Caixa (elaboradas de acordo com a IAS 7);
- as Alterações no Capital Próprio e o conteúdo do Anexo referidas nas IAS/IFRS não coincide com as exigidas pelo art. 2427.º do Código Civil; e
- os formatos do Balanço e das demonstrações dos resultados são diferentes.

2.9 Estudos já desenvolvidos

Desde 2005 que as empresas com valores admitidos à negociação na UE começaram a usar as Normas Internacionais de Contabilidade. Isto foi uma oportunidade importante para estudar relações entre as informações contabilísticas e mercados financeiros. Uma vez que, a qualidade, a transparência e a comparabilidade das informações financeiras declaradas pelas empresas afectam a eficiência da informação e do mercado de capital local, a União Europeia levou a cabo um processo de harmonização contabilística global que foi alcançado pela definição comum das normas de contabilidade. A ideia base do processo de harmonização é a de melhorar as características relevantes das informações financeiras disponibilizadas pelas empresas. Neste sentido, Dorel e Veronica (2009) elaboraram um estudo comparando a Roménia e a Itália no que diz respeito à implementação das IAS/IFRS.

A Roménia recebeu em Outubro de 2004 o muito desejado *status* (posto, prestígio) de "economia de mercado funcional" pela União Europeia. Realçamos o facto de que a Roménia entrou para a União Europeia em 2007 e a Itália é um membro fundador.

Durante o processo de transição para economia de mercado, a Roménia estava a implementar normas de contabilidade com o objectivo de facilitar a reforma na contabilidade e sua evolução. As IAS/IFRS representam normas de contabilidade geralmente aceites por diferentes países capazes de harmonizar com maior dimensão as normas de contabilidade usadas nos diferentes países.

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação em Itália

A Itália adoptou em 1 de Janeiro de 2005, as IAS/IFRS para as empresas com valores admitidos à negociação tal como todos os países que faziam parte da União Europeia naquela data de acordo com o Regulamento 1606/2002/CE. Neste sentido, as empresas italianas com valores admitidos à negociação deixaram de aplicar as normais nacionais e passaram a utilizar as normas internacionais para facilitar a comparação das informações financeiras entre os Estados Membros.

Até 1990, a Roménia adoptou o sistema monista de contabilidade com padrões excessivos. A partir de 1994 o sistema monista foi rejeitado e adoptou-se um novo sistema, o dualista que é de origem Latino/Europeu baseado no Plano Oficial de Contabilidade Francês.

As Normas Internacionais de Contabilidade estão mais próximas da experiência dos países com mercados regulados (EUA e Inglaterra), onde as informações contabilísticas são dirigidas aos investidores, Ao contrariamente ao que acontece em outros países europeus onde as informações financeiras são dirigidas a muitos grupos, entre outros, os credores e a tesouraria do estado.

A reforma de contabilidade na Roménia começada em 1991, pela adopção das normas de contabilidade – continuada através da decisão do Governo n.º 704/1993, foi consolidada pela adopção da Ordem do Ministério das Finanças Públicas (OMFP) n.º 403/1999, substituído por OMFP n.º 94/2001 e OMFP n.º 306/2002, por intermédio das directivas europeias e Normas Internacionais de Contabilidade.

Para a adopção das Normas Internacionais de Contabilidade, o Ministério de Finanças Públicas emitiu a OMFP n.º 1752/2005 revogando o OMFP n.º 94/2001 e OMFP n.º 306/2002. No início de 2006 a maioria das entidades romenas aplicavam as normas de contabilidade de acordo com as Directivas Europeias - a 4ª Directiva relativa às contas anuais e a 7ª Directiva relativa às contas consolidadas.

As reformas na contabilidade realizadas após 1990 determinaram uma conexão de alguns conceitos específicos, tais como: normalização e harmonização. Neste sentido, as normas romenas relativas à contabilidade retratam em primeiro lugar a adaptação das directivas 4ª, 7ª e 8ª, da CEE e em seguida as normas de internacionais de relato financeiro.

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação em Itália

O Organismo Italiano de Contabilidade empenhou-se e comprometeu-se a estudar criticamente a transição das normas nacionais de contabilidade para as normas emanadas do IASB em Itália. As empresas romenas elaboraram os seus próprios Balanços de acordo com um sistema diferenciado em função dos diferentes sectores de actividade económica, tendo em atenção a natureza jurídica da entidade económica, a dimensão das empresas e o facto das mesmas terem valores admitidos à negociação ou não.

Como é sabido, na Roménia a OMFP n.º 1752/2005, actualmente substituído por OMFP n.º 2374 de 12 de Dezembro de 2007, insere a 4ª Directiva e 7ª Directiva do CEE. A introdução obrigatória das IAS/FRS emitidas pelo IASB, para as empresas com valores admitidos à negociação na elaboração das Demonstrações Financeiras impôs uma mudança significativa: As IAS/IFRS não lidam apenas com problemas de carácter técnico, mas também com alterações formais, destacando e apresentando processos de informações sobre as situações financeiras.

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à
negociação em Itália

3. Metodologia do estudo

Na elaboração deste trabalho analisamos o efeito da adopção das IAS/IFRS no momento da transição do normativo italiano para as IAS/IFRS nas Demonstrações Financeiras das Entidades com valores admitidos à negociação: Impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação em Itália.

Neste estudo pretende-se analisar o efeito da adopção das IAS/IFRS no momento de transição. Para tal, será utilizada uma amostra baseada no MIB 30 à data de 1/1/2005. Foi escolhido para a amostra o MIB 30 não só porque é um dos principais índices da Bolsa de Milão (Bolsa Italiana), mas também porque é um índice ponderado pela capitalização das 30 maiores empresas Italianas negociadas na Bolsa de Milão Exchange.

Das 30 empresas referentes ao índice MIB 30 foram excluídas sete empresas de natureza financeira e duas de natureza seguradora. Esta exclusão deve-se às suas particularidades, uma vez que utilizam normativos contabilísticos diferentes. Além da exclusão das empresas financeiras e seguradoras, salientamos a falta de informações necessárias para o estudo em causa (dados para a nossa análise) por parte de algumas empresas. Por conseguinte, este estudo recolhe elementos de 21 empresas representando assim 70% da amostra total, conforme podemos ver de forma esquemática no quadro 3 “Amostra das empresas com valores admitidos à negociação na bolsa Italiana”.

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação em Itália

Quadro 3 – Amostra das empresas com valores admitidos à negociação na bolsa italiana (MIB 30)

Empresa (Índice Mib 30)	Descrição do sector de actividade	Pertinentes à amostra	
		Sim	Não
AeM	Serviço/Utilidade	X	
Alleanza	Seguradora		X
Autostrade	Serviço/Transporte -Turismo	X	
Banco Popolare	Banco		X
Bca MPS	Banco		X
Bca Pop Milano	Banco		X
Edison	Serviço/Utilidade	X	
Enel	Serviço/Utilidade	X	
Eni	Industrial/ Aço - Outros metais - Óleo - Gás	X	
Fiat	Industrial/Automóvel	X	
Finmeccanica	Industrial/Electrónica e Equipamento Eléctrico	X	
Generali	Seguradora		X
Ifil	Serviço/Investimentos	X	
Intesa Sanpaolo	Banco		X
Lottomatica	Serviço/Outros Serviços	X	
Luxottica Group	Industrial/Têxteis Domésticos	X	
Mediaset	Serviços/Media	X	
Mediobanca	Banco		X
Parmalat	Industrial/Alimentação	X	
Pirelli & C	Industrial/Produtos Químicos	X	
Prysmian	Industrial/Sistemas e cabos	X	
Saipem	Industrial/Engenharia de Máquinas	X	
Snam Rete Gas	Serviço/Utilidade	X	
Stmicroelectronics	Industrial/construção de alianças estratégicas	X	
Telecom Italia	Serviço/Utilidade	X	
Tenaris	Industrial/Tecnologia	X	
Terna	Serviço/Utilidade	X	
Tiscali	Serviço/Informação Tecnológica	X	
Ubi Banca	Banco		X
Unicredit	Banco		X

Fonte: Elaboração própria

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação em Itália

Destacamos o facto da coincidência entre o exercício económico e o ano civil na elaboração das Demonstrações Financeiras das empresas que fazem parte da nossa amostra.

Neste trabalho serão comparados os elementos disponíveis nas Demonstrações Financeiras à data da transição, isto é, compara-se as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as normas nacionais, ITALIAN GAAP, e as mesmas reconvertidas de acordo com as IAS/IFRS.

Uma vez que nem todas as empresas em estudo converteram as suas Demonstrações Financeiras de acordo com as exigências da IFRS 1 à data 01/01/2005, para a recolha das informações financeiras das empresas em estudo, tivemos que recorrer ao site de cada uma das empresas para recolher as Demonstrações Financeiras elaboradas pelos dois normativos, mais propriamente ao Anexo onde as empresas explicam a conversão de algumas rubricas, facilitando assim a análise das mesmas. Salientamos ainda que nem todas as empresas disponibilizaram informações relevantes e suficientes para a análise em causa.

O objectivo deste estudo é o de fornecer evidência de natureza empírica e respectivos ajustamentos das diferenças entre ITALIAN GAAP e IAS/IFRS, analisando algumas rubricas das Demonstrações Financeiras das empresas com valores admitidos à negociação na bolsa italiana pertencente ao índice MIB 30.

Para a análise do impacto da adopção das IAS/IFRS nas empresas admitidos à negociação em Itália, divide-se as empresas que fazem parte do índice MIB 30 em sectores de actividade, para simplificar tanto a análise como a compreensão.

Do conjunto das Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas pelas empresas pela força do Regulamento 1606/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, serão analisados alguns temas específicos, conforme discriminado no quadro 4.

Quadro 4 – Descrição de temas (Normativo internacional/ Normativo Italiano)

Descrição	IAS/IFRS	NCN
<i>Goodwill</i> (Avviamento)	IFRS 3, IAS 36, IAS 38	NCN n.º 24
Moeda Estrangeira (Moneta estera)	IAS 21	NCN n.º 26
Activos Tangíveis (Immobili, impianti e macchin)	IAS 16	NCN n.º 16
Activos Intangíveis (Attività immateriali)	IAS 38	NCN n.º 24
Despesas de Investigação e desenvolvimento (Costi di ricerca e sviluppo)	IAS 38	NCN n.º 24
Inventários (Rimanenze)	IAS 2	NCN n.º 13
Locações (Leasing)	IAS 17	NCN n.º 16
Impostos Diferidos (Imposte differite)	IAS 12	NCN n.º 25
Pensões (Benefici per i dipendenti)	IAS 19	NCN n.º 19
Acontecimentos após a data do Balanço (Fatti intervenuti dopo la data di riferimento del bilancio)	IAS 10	NCN n.º 29

Fonte: Elaboração própria

Esses *itens* são regulados em Itália pelas Normas contabilísticas Nacionais, e pelo Código Civil, conforme discriminados no mesmo quadro.

A influência do Código Civil no normativo contabilístico italiano será abordada no capítulo seguinte do nosso estudo.

4. Análise do impacto da adopção das IAS/IFRS nos principais aspectos que originaram diferenças na informação financeira

Antes de analisar o impacto da adopção das IAS/IFRS, importa referir o *Libro Quinto* (Livro Quinto), na secção IX do Código Civil italiano, especificamente os artigos considerados relevantes à estrutura, preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras. Consideramos que tais artigos, conforme descritos no quadro 5 que de alguma forma influenciam as Demonstrações Financeiras.

Quadro 5 – Artigos do Código Civil relevantes na preparação e elaboração das Demonstrações Financeiras

Artigos	Discrição
Artigo 2423.º	Preparação das Demonstrações Financeiras
Artigo 2423 bis.º	Princípios de elaboração das Demonstrações Financeiras
Artigo 2423 ter.º	Estrutura do Balanço e da demonstração financeira
Artigo 2424.º	Conteúdo do Balanço
Artigo 2424 bis.º	Disposições das rubricas do Balanço
Artigo 2425.º	Conteúdo da Demonstração dos Resultados
Artigo 2425 bis.º	Inscrição dos custos e perdas e dos proveitos e ganhos
Artigo 2426.º	Critérios de valorimetria
Artigo 2427.º	Conteúdo das notas
Artigo 2427 bis.º	Informação sobre "fair value" dos instrumentos financeiros
Artigo 2428.º	Relatório de Gestão

Fonte: elaboração própria

O Código Civil indica os princípios contabilísticos fundamentais mas realça, que se em casos excepcionais, a aplicação de algumas disposições disponíveis na lei não forem suficientes para apresentar de forma verdadeira e apropriada a informação financeira, as entidades devem dispor de informações complementares, dado a impossibilidade de regulamentar todas as situações que possam surgir numa entidade. Com isso, em alguns casos, prevê que seja obrigatório derrogar as disposições legais, caso estas sejam incompatíveis com a apresentação de forma verdadeira e apropriada. As entidades devem justificar no Anexo (nota integrativa) o motivo da não aplicação de tais

princípios e indicar a sua influência na apresentação da situação financeira, desempenho financeiro e económico.

4.1 *Princípios contabilísticos*

As Demonstrações Financeiras devem conter informações que proporcionam uma imagem verdadeira e apropriada sobre a posição financeira da empresa, as alterações desta e os resultados das operações para que sejam úteis na tomada de decisões por parte dos destinatários das informações financeiras.

Para que uma entidade obtenha uma imagem verdadeira e apropriada da situação e dos resultados da empresa, há que seguir certos princípios contabilísticos.

4.1.1. *Enquadramento*

Na Itália como já mencionamos anteriormente o Código Civil juntamente com o Organismo Italiano de Contabilidade regulam as normas contabilísticas. No ponto 1 e 2 do artigo 2423.º do Código Civil vem prescrito os princípios gerais, considerados fundamentais pela qual as entidades devem obedecer na elaboração das suas Demonstrações Financeiras. Os princípios gerais e fundamentais referidas acima são:

Clareza na redacção

Refere-se à realidade histórica que as Demonstrações Financeiras devem representar. Devem respeitar a verdade para que as Demonstrações Financeiras sejam transparentes e compreensíveis. Por exemplo, quando se contemplam no activo as imobilizações em curso, estas devem ser inscritas à data do Balanço para transparecer a verdade. Na Demonstração dos Resultados devem ser subscritos efectivamente os custos incorridos pela empresa.

As Demonstrações Financeiras devem ser elaboradas de forma clara, para serem compreensíveis por todos os utentes.

Veracidade e representação correcta do Balanço e da Demonstração dos Resultados

Apesar de não existir uma verdade objectiva das demonstrações, este princípio tem como objectivo exigir que os critérios de valorimetria respeitem as regras e procedimentos de forma correcta na elaboração das Demonstrações Financeiras para que estas representem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira e o resultado das empresas. Pretende-se que os valores apresentados sejam fiáveis.

Para além desses princípios gerais e fundamentais existem outros princípios contabilísticos que devem ser utilizadas na elaboração das Demonstrações Financeiras.

De acordo com o artigo 2423.º-bis do Código Civil, na elaboração das Demonstrações Financeiras também devem ser observados, entre outros, os seguintes princípios:

Princípio da continuidade na gestão

A valorização dos elementos das Demonstrações Financeiras deve ser feita com critérios que assumam a continuidade das suas actividades, e deve ter em conta a função económica do elemento activo ou passivo.

Especialização dos exercícios

Deve-se ter em conta as receitas e as despesas do exercício, independentemente da data de recebimento ou pagamento.

Consistência

Os critérios de valorimetria, não podem ser modificado de um exercício para o outro. No entanto, são permitidas alterações em casos excepcionais, e nestes casos a entidade deve justificar no Anexo o motivo e a sua influência sobre a posição e o desempenho da entidade.

Para além dos princípios contabilísticos descritos no Código Civil, a Norma Contabilística Nacional n.º 11, como já vimos anteriormente, também define os princípios e as regras a serem respeitados pelas empresas na preparação e elaboração das Demonstrações Financeiras.

4.1.2 Impacto

Dado a falta de informação sobre os princípios contabilísticos apresentados pelas empresas no momento da transição, não é possível apresentar um quadro, referindo ao impacto deste.

Os princípios contabilísticos descritos nas legislações em Itália, de um modo geral, não se desviam muito dos especificados na Estrutura Conceptual do IASB, em caso de conflitos permanecem aqueles que proporcionam uma imagem mais verdadeira e apropriada da informação financeira.

4.2 Normas de valorimetria

De acordo com a Estrutura Conceptual, valorimetria é o processo de determinar as quantias monetárias pelas quais as classes das Demonstrações Financeiras devem ser reconhecidas e inscritas nas demonstrações do Balanço e dos Resultados.

Como sabemos, são utilizadas diferentes critérios de valorimetria em graus diferentes e em variadas combinações nas demonstrações financeiras, ou seja, para um mesmo bem pode ser atribuído valor diferente, dependendo dos critérios de valorimetria utilizados por uma empresa, na sua mensuração. Para que haja transparência na informação financeira prestada pela empresa sobre o bem em causa, a empresa deve adoptar critérios de valorimetria de forma fiável.

4.2.1. Enquadramento

Em Itália os critérios de valorimetria são tratados no art. 2426.º do CC e nas Normas Contabilísticas Nacionais¹² em cada um dos temas específicos. Os princípios contabilísticos e critérios valorimétricos emanados pelo Código Civil são interpretados por um organismo técnico e qualificado dentro da CNDRC.

Segundo o art. 2426.º do CC na valorização devem ser observados os seguintes critérios¹³ abaixo indicados:

¹² Em Itália existe actualmente 20 normas contabilísticas nacionais, numeradas de 11 a 30.

¹³ Referimos apenas os critérios dos itens em estudo, referidas no quadro n.º 4.

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação em Itália

- os activos fixos tangíveis devem ser valorizados ao custo de aquisição ou ao custo de produção. O custo de aquisição deve incluir o custo de compra e as despesas acessórias. O custo de produção compreende em todos os custos directamente imputáveis ao produto, mas também pode incluir outros custos, na fase de fabricação até ao momento em que o bem pode ser utilizado;
- o custo dos activos fixos tangíveis e activos intangíveis cuja utilização é limitada no tempo deve ser depreciado/amortizado sistematicamente a cada ano em relação à sua vida útil residual. Qualquer alteração nos métodos de depreciação utilizados deve ser explicada no Anexo;
- os bens que, à data do Balanço, tenham um valor significativamente inferior ao valor determinado pelos critérios referidos nos pontos anteriores, devem ser registados nas Demonstrações Financeiras pelo menor valor;
- as despesas de instalação e desenvolvimento, as despesas de investigação, e publicidade, se tiverem utilidade a longo prazo, podem ser inscritas como activos, com consentimento do conselho fiscal, devendo ser amortizadas por um período não superior a 5 anos;
- o *Goodwill* pode ser inscrito no activo com o consentimento, se houver, do conselho fiscal, se adquirido a título oneroso e obtido dentro dos limites do custo que é suportado, e deve ser amortizado por um período de 5 anos. No entanto, o *Goodwill* poderá ser amortizado sistematicamente por um período superior a 5 anos, desde que não exceda o período de utilização deste activo, neste caso deve ser justificado no Anexo;
- o período de amortização pode ser de duração superior a 5 anos, desde que não ultrapasse a respectiva vida útil, e, neste caso, sejam devidamente inseridas no Anexo (nota explicativa) as razões para o alargamento do período;
- os activos e passivos em moeda estrangeira, com excepção dos activos fixos, devem ser valorizados à taxa de câmbio da data de encerramento de contas;

- os Inventários, os títulos mobiliários e os activos financeiros que não sejam activos fixos são registados ao custo de aquisição ou produção, ou pelo valor de realização do mercado se este for inferior; este valor inferior não pode ser mantido nas Demonstrações Financeiras subsequentes. Os custos de distribuição não podem ser incluídos no custo de produção;
- o custo dos bens fungíveis pode ser calculado pelo método do custo médio ponderado, FIFO (First In, First Out) ou LIFO (Last In, First Out). Se o valor obtido difere significativamente dos custos correntes à data do Balanço, esta diferença deve ser indicada na categoria de mercadorias no Anexo;
- os trabalhos em curso podem ser registados com base nas quantidades contratuais vencidos, com razoável certeza;
- o equipamento industrial e comercial, as matérias-primas, subsidiárias e de consumo podem ser registados como activos com um valor constante, se forem permanentemente renovados e o valor correspondente for de pouco importância em relação ao do total do activo.

Em relação às IAS/IFRS, a base de valorimetria mais adoptada pelas empresas ao preparar as suas Demonstrações Financeiras é o custo histórico. Este é geralmente combinado com outras bases de valorimetria. Por exemplo, os Inventários são geralmente registados ao mais baixo custo ou do valor realizável líquido, os títulos negociáveis podem ser registados pelo valor de mercado e os passivos por Pensões de reforma são registados pelo seu valor presente.

Importa salientar que o critério do custo histórico consiste na avaliação dos bens de acordo com o custo de aquisição ou produção.

4.2.2 Impacto

Pela análise das Demonstrações Financeiras das empresas pertencentes à nossa amostra, verificámos que antes da adopção das IAS/IFRS o critério geral utilizado na valorização dos bens era o custo histórico. Com a adopção das IAS/IFRS, a opção por este critério manteve, contudo foram permitidas derrogações relativamente ao Activo Tangível e

propriedades de investimento em filiais e associadas, podendo estes serem mensurados ao justo valor. A valorização pelo justo valor em alguns casos é obrigatória, tal como no caso dos instrumentos financeiros. Noutras situações, a valorização ao justo valor é a título facultativo, como é o caso da valorização dos Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis.

4.3 Goodwill

O *Goodwill* é um termo vinculado especialmente às concentrações de actividades empresariais. No Normativo Contabilístico Internacional é tratado pela IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais” onde estabelece a realização de um teste de imparidade, com periodicidade anual, para quantificar as possíveis perdas por imparidade.

Em Itália o *Goodwill* designa-se por *Avviamento*. A Norma Contabilística Nacional n.º 24 – “*Le immobilizzazioni immateriali*” (Os activos intangíveis), define-o como sendo a capacidade de uma empresa gerar lucros acima do normal, resultantes de factores específicos, contribuindo de forma positiva para os proveitos

4.3.1 Enquadramento

A diferença positiva entre o custo de aquisição de uma concentração de actividades empresariais e do justo valor dos activos e passivos adquiridos deve ser reconhecida no activo como *Goodwill*. Qualquer diferença negativa é cobrada na demonstração de resultados no momento da aquisição.

O sistema contabilístico italiano afirma que a expressão *Goodwill* é utilizada com dois diferentes significados.

Um primeiro, resultante de uma gestão eficiente dos activos das empresas (Activos Tangíveis e intangíveis) e dos recursos humanos, os seja, o *Goodwill* gerado internamente ou “*avviamento originário*” (*Goodwill original*)¹⁴.

¹⁴ Tradução própria

O *Goodwill* gerado internamente não pode ser capitalizado e inscrito na demonstração financeira, porque a determinação dos custos e proveitos supervenientes não é objectiva (um dos requisitos fundamentais para que seja inscrito na demonstração financeira), bem como o valor actual dos benefícios económicos futuros.

O segundo, resultante da aquisição (compra, permuta), exploração ou transferência de empresas num processo de fusão ou cisão. Neste caso é designado como, *Goodwill* adquirido a título oneroso ou “*avviamento derivativo o derivato*” (*Goodwill* derivado ou secundário)¹⁵.

O *Goodwill* adquirido a título oneroso, pode ser capitalizado, na medida em que, o seu valor é conhecido.

O valor do *Goodwill* a ser inscrito nas demonstrações é determinado pela diferença entre o preço de aquisição da empresa e o valor corrente atribuído aos elementos do activo e passivo que a compõem.

A amortização deve ser feita de forma sistemática, de preferência por quotas constantes, por um período não superior a 5 anos. Como já referido anteriormente, este período pode ser superior até ao máximo de 20 anos, sempre que for razoável concluir que a vida útil é superior a 5 anos. Nestes casos devem ser especificamente descritas no Anexo o motivo que levou a tal adopção.

No encerramento das contas para os períodos subsequentes, para a inclusão do *Goodwill* no activo, ao seu valor deve ser uma análise rigorosa (teste de imparidade), para detectar quaisquer alterações que ocorrem em factores e variáveis tidas em conta inicialmente.

Segundo a IFRS 3 numa concentração de actividades empresariais a adquirente deverá reconhecer, à data de aquisição, o *Goodwill* como um activo mensurando-o inicialmente pelo seu custo, o qual é definido como “*o excesso do custo da concentração de actividades empresariais acima do interesse da adquirente no justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis*” (IASB, 2004a: § 51).

¹⁵ Tradução própria

A IFRS 3 proíbe a amortização do *Goodwill* adquirido numa concentração de actividades empresariais e em vez disso exige que o *Goodwill* seja testado quanto a sua imparidade anualmente, ou mais frequentemente se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias, indicarem que o activo possa estar com imparidade, de acordo com a IAS 36 - Imparidade de Activos (IASB, 2004a).

4.3.2 Impacto

No quadro 6 apresentamos os valores do *Goodwill* contabilizados pelo normativo italiano e normativo internacional no momento da transição e a sua respectiva variação.

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à
negociação em Itália

Quadro 6 – Ajustamentos efectuados no *Goodwill* com a aplicação das IAS/IFRS

Sector de Serviços	IT GAAP	Ajustamentos	IAS (FTA)
AeM	149.291.186,00 €	-22.897.308,00 €	126.393.878,00 €
Autostrade			
Edison	3.611.000,00 €	-111.000,00 €	3.500.000,00 €
Enel			
Ifil			
Lottomatica			
Mediaset	318.100,00 €	0,00 €	318.100,00 €
Snam Rete Gas			
Telecom Italia			
Terna	111.200,00 €	5.800,00 €	117.000,00 €
Tiscali	393.124.000,00 €	-79.662.000,00 €	313.462.000,00 €
Subtotal	546.455.486,00 €	-102.664.508,00 €	443.790.978,00 €
Sector de Industrias			
Eni			
Fiat	2.140.000,00 €	17.000,00 €	2.157.000,00 €
Finmeccanica			
Luxottica Group			
Parmalat			
Pirelli & C			
Prysmian			
Saipem			
Stmicroelectronics			
Tenaris			
Subtotal	2.140.000,00 €	17.000,00 €	2.157.000,00 €
Total	548.595.486,00 €	-102.647.508,00 €	445.947.978,00 €

Fonte: Elaboração própria

De acordo com o relatório de algumas empresas em análise, estas reconsideraram a aquisição de pequenas percentagens dos investimentos noutras empresas para combinações de actividades empresariais. A este respeito, vale a pena mencionar que a IFRS 3 não regula as aquisições dos interesses minoritários para empresa-mãe.

A eliminação do *Goodwill* nos investimentos noutras empresas e a eliminação da amortização geraram um ajustamento negativo na maioria das empresas em análise como podemos confirmar no quadro 6.

Durante a adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, algumas empresas aproveitaram a isenção específica autorizada pela IFRS 1 na qual torna possível a aplicação retroactiva da IFRS 3 para aquisições feitas antes da transição das Normas Nacionais para as Normas Internacionais. Portanto, o valor do *Goodwill* gerado por aquisições até esse momento era expresso de acordo com as normas contabilísticas locais.

De forma geral, a proibição da amortização do *Goodwill* descrito pela IFRS 3, e a elaboração de testes de imparidade ao qual estão sujeitos, foram a grande mudança nas práticas de contabilidade e isto afectou quase todas as empresas.

4.4 Moeda Estrangeira

Tendo em conta o aumento das transacções empresariais entre mercados de países diferentes cujo, moeda não seja a mesma, a valorização das operações de compra diferem-se. Neste ponto iremos abordar o tratamento a efectuar pelas empresas, no que diz respeito a moeda estrangeira.

4.4.1 Enquadramento

No âmbito da IAS 21 - Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio, são usados vários termos tais como:

- moeda funcional - é usada no ambiente económico principal no qual a empresa se opera;
- moeda estrangeira é aquela que não seja a moeda funcional da entidade.

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação em Itália

- moeda de apresentação é aquela na qual as Demonstrações Financeiras são apresentadas.

Uma transacção em moeda estrangeira deve ser registada, na moeda funcional no momento do reconhecimento inicial, pela aplicação à quantia em moeda estrangeira da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data da transacção (IASB, 2004b: § 21).

Em Itália, não estava previsto no Código Civil, até 2003, regras específicas sobre as operações em moeda estrangeira. Para a sua valorização, aplicação e apresentação bastava as empresas respeitarem os princípios contabilísticos gerais e fundamentais, que são a clareza na redacção, a veracidade e representação correcta no Balanço e na Demonstração dos Resultados, já referidas anteriormente.

Com a entrada em vigor do Decreto Legislativo n.º 6 de 17 de Janeiro de 2003, foi introduzido no n.º 1 do art. 2426.º, mas uma alínea, a 8-bis), na qual determina que os activos e passivos em moeda estrangeira, com a excepção dos Activos Fixos, devem ser valorizados pela taxa de câmbio à data do Balanço.

Os Activos Tangíveis, Intangíveis e Financeiros (participações) devem ser valorizados pela taxa de câmbio do momento da compra, ou à taxa de câmbio à data de Balanço se este for inferior e houver previsão que esta redução seja duradoura.

A Norma Contabilística Nacional n.º 26 – Operações em moeda estrangeira (*Operazioni e partite in moneta estera*), menciona que para o reconhecimento, conversão e representação das operações em moeda estrangeira devem, em particular, respeitar os princípios contabilísticos indicados na Norma Contabilística Nacional n.º 11, a compreensibilidade, a neutralidade, a prudência, a continuidade e a especialização e ainda refere que as entidades devem apresentar informações adequadas no Anexo.

O normativo italiano difere do normativo italiano nos principais pontos:

- não prevê o diferimento das diferenças de câmbio positivas relativas aos créditos e débitos, cuja exigibilidade ou pagamento seja inferior a um ano, estas

devem ser reconhecidas e imputadas ao exercício, fazendo prevalecer o princípio da especialização, em detrimento do princípio da prudência;

- estabelece que não é possível reconhecer no exercício a redução de proveitos e ganhos financeiros resultantes da evolução das taxas de câmbio entre a data do encerramento do exercício e a da elaboração das Demonstrações Financeiras quando estas evidenciem uma persistente tendência desfavorável;
- não existe o conceito de moeda funcional. A lei prevê que as Demonstrações Financeiras sejam elaboradas em euros.

4.4.2 Impacto

Segundo Cordazzo (2007), o tratamento contabilístico das operações em Moeda Estrangeira expressas no Normativo Italiano está em conformidade com as descritas nas IAS/IFRS, com algumas divergências já referidas anteriormente.

Contudo, por dificuldade de obtenção de dados, não nos é possível apresentar os valores referentes às empresas pertencentes à nossa amostra, para a análise do item acima referido.

4.5 *Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis*

Neste ponto iremos tratar desses dois *itens* separadamente, ou seja, iremos abordar por um lado os Activos Fixos Tangíveis e por outro lado os Activos Intangíveis. No que diz respeito aos Activos Intangíveis, não será considerado nem o *Goodwill*, nem as despesas de investigação e desenvolvimento, uma vez que os iremos abordar de forma individualizado ao longo do nosso trabalho.

4.5.1 Activos Fixos Tangíveis

Activos fixos tangíveis são *itens* tangíveis que sejam detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendamento a outros, ou para fins administrativos e se espera que sejam usados durante mais do que um período (IASB, 2004c: § 6).

4.5.1.1 Enquadramento

Tendo em conta as semelhanças entre os dois normativos iremos debruçar sobre a mensuração, por ser este o ponto de divergência que mais impacto teve na transição das Normas Italianas para as Normas Internacionais de Contabilidade

O reconhecimento de um *item* do activo fixo tangível que seja classificado para reconhecimento como um activo deve ser mensurado pelo seu custo de acordo com a IAS 16 e a Norma Contabilística Nacional n.º 16.

De acordo com a IAS 16 o custo de um *item* de activo fixo tangível é equivalente ao preço a dinheiro à data do reconhecimento. Se o pagamento for diferido para além das condições normais de crédito, a diferença entre o equivalente ao preço a dinheiro e o pagamento total é reconhecida como juro durante o período de crédito a não ser que esse juro seja reconhecido na quantia escriturada do *item* de acordo com o tratamento alternativo permitido na IAS 23.

No que diz respeito à mensuração após o reconhecimento inicial a entidade define a sua política contabilística a seguir. Esta pode ser:

- Modelo do custo: após o reconhecimento como um activo, um *item* do activo fixo tangível deve ser escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas (IASB, 2004c: § 30).
- Modelo de revalorização: após o reconhecimento como um activo, um *item* do activo fixo tangível cujo justo valor possa ser mensurado fiavelmente deve ser escriturado por uma quantia revalorizada, ou seja, o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes. As revalorizações devem ser feitas com suficiente regularidade para assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente daquela que seria determinada pelo uso do justo valor à data do Balanço (IASB, 2004c: § 31).

O custo de um *item* de Activo Fixo Tangível deve ser reconhecido como activo se, e apenas se for provável que futuros benefícios económicos associados ao *item* fluirão para a entidade e o custo do *item* puder ser mensurado fiavelmente (IASB, 2004c: § 7).

Pelo exposto verifica-se que, de acordo com as IAS/IFRS, o bem passará a ser valorizado ao custo de aquisição ou ao justo valor. A aceitação do justo valor como critério valorimétrico dos Activos Fixos Tangíveis, depende do facto das reavaliações serem efectuadas de forma regular.

No caso de as empresas optarem pelo justo valor, torna-se necessário verificar se os valores resultantes da reavaliação legal, com base em índices de correcção monetária, se aproximam ou não do justo valor, devendo efectuar-se correcções quando isso não acontecer.

Alterações nas depreciações decorrentes destes ajustamentos devem ser efectuadas por contrapartida de Resultados Transitados. Devem ser reconhecidos Impostos Diferidos nas diferenças apuradas.

A nível da depreciação do valor do bem, ao contrário do preconizado pelo normativo nacional, as depreciações apenas poderão ser calculadas com base na vida útil do bem.

4.5.1.2 Impacto

Apresentamos no quadro 7, o impacto dos Activos Fixos Tangíveis no momento da transição das normas nacionais para as IAS/IFRS.

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à
negociação em Itália

Quadro 7 – Ajustamentos efectuados nos Activos Fixos Tangíveis com a aplicação das IAS/IFRS

Sector de Serviços	IT GAAP	Ajustamentos	IAS (FTA)
AeM	2.147.480.497,00 €	861.430.891,00 €	3.008.911.388,00 €
Autostrade	6.417.641,00 €	-272.300,00 €	6.145.341,00 €
Edison	5.555.000,00 €	-5.546.134,00 €	8.866,00 €
Enel	37.265,00 €	37.612.735,00 €	37.650.000,00 €
Ifil			
Lottomatica			
Mediaset	313.200,00 €	7.300,00 €	320.500,00 €
Snam Rete Gas	9.391.000,00 €	0,00 €	9.391.000,00 €
Telecom Italia	700.000,00 €	38.000,00 €	738.000,00 €
Terna	4.313.600,00 €	9.700,00 €	4.323.300,00 €
Tiscali	217.829,00 €	-91.478,00 €	126.351,00 €
Subtotal	2.174.426.032,00 €	893.188.714,00 €	3.067.614.746,00 €
Sector de Industrias			
Eni			
Fiat	9.537.000,00 €	-100.000,00 €	9.437.000,00 €
Finmeccanica			
Luxottica Group			
Parmalat	125.400,00 €	-13.300,00 €	112.100,00 €
Pirelli & C			
Prysmian			
Saipem	1.688.000,00 €	24.000,00 €	1.712.000,00 €
Stmicroelectronics			
Tenaris			
Subtotal	11.350.400 €	-89.300,00 €	11.261.100,00 €
Total	2.185.776.432 €	893.099.414 €	3.078.875.846 €

Fonte: Elaboração própria

Pela análise do quadro 7, podemos confirmar que houve um impacto positivo com a adopção da IAS 16 nas empresas com valores admitidos à negociação em Itália no montante de 893.099.414 €. Uma parte significativa desta importância diz respeito ao sector de serviços, onde todas as empresas obtiveram um impacto positivo excepto as empresas Autostrade e Tiscali.

Do exposto pode-se inferir ver que a IAS 16 teve maior impacto sobre as empresas do sector de serviços relativamente às do sector de indústrias. Esta conclusão deve-se à eliminação da reavaliação dos Activos Fixos Tangíveis e à eliminação das depreciações dos terrenos. O terreno passou a ser separado dos edifícios e outras instalações, o que não acontecia anteriormente, na medida em que o terreno era depreciado juntamente com o edifício que estava no terreno em causa segundo alguns relatórios das empresas em análise. Também este impacto diz respeito a depreciações recalculadas nos componentes das instalações com diferentes vidas úteis.

4.5.2 Activos Intangíveis

Um activo intangível é um activo não monetário identificável sem substância física (IASB, 2004d: § 8).

4.5.2.1 Enquadramento

A IAS 38 determina o tratamento contabilístico a aplicar aos Activos Intangíveis. Assim, o reconhecimento de um *item* como activo intangível exige que uma entidade demonstre que o *item* satisfaz, a definição de um activo intangível; e os critérios de reconhecimento (IASB, 2004d: § 18).

Um activo intangível deve ser reconhecido se, e apenas se (IASB, 2004d:§ 21):

- for provável que os benefícios económicos futuros esperados que sejam atribuíveis ao activo fluam para a entidade; e
- o custo do activo possa ser fiavelmente mensurado.

Segundo a IAS 38 uma entidade deve avaliar a probabilidade de benefícios económicos futuros esperados usando pressupostos razoáveis e suportáveis que representem a melhor estimativa da gerência do conjunto de condições económicas que existirão durante a vida útil do activo.

“Um activo intangível deve ser mensurado inicialmente pelo seu custo”. (IASB, 2004d:§ 24). De acordo com a Norma Contabilística Nacional n.º 24 os custos para transacções extraordinárias da empresa, os custos para a criação ou expansão das actividades de produção e custos para a criação de uma empresa ou para a emissão de capital podem ser capitalizados. A IAS 38 exige que esses custos sejam imputados na conta de ganhos e perdas, com excepção para o estabelecimento e emissão de capital social da empresa-mãe que é reconhecido como uma diminuição no capital próprio líquido do respectivo efeito fiscal.

Os Activos Intangíveis adquiridos e gerados internamente, são reconhecidos como activos de acordo com a IAS 38. Estes activos são mensurados pelo preço de compra ou de produção e a quantia é amortizada numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, caso esses activos tenham vida útil definida. A quantia depreciável de um activo intangível com uma vida útil finita deve ser imputada numa base sistemática durante a sua vida útil.

Por sua vez o activo intangível com uma vida útil indefinida não deve ser amortizado, porém, é exigido que seja testado quanto à imparidade anualmente, sempre que haja uma indicação para tal.

De acordo com a IAS 38 por vezes, é difícil avaliar se um activo intangível gerado internamente se qualifica para reconhecimento por causa de problemas em (IASB, 2004d: § 51):

- identificar se e quando existe um activo identificável que gere benefícios económicos futuros esperados; e
- determinar fiavelmente o custo do activo. Em alguns casos, o custo de gerar internamente um activo intangível não pode ser distinguido do custo de manter

ou aumentar o *Goodwill* da entidade gerado internamente ou do decorrer operacional do dia-a-dia.

4.5.2.2 Impacto

De seguida, apresenta-se no quadro 8 o impacto entre os dois normativos, referente ao Activo Intangível.

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à
negociação em Itália

Quadro 8 – Ajustamentos efectuados nos Activos Intangíveis com a aplicação das IAS/IFRS

Sector de Serviços	IT GAAP	Ajustamentos	IAS (FTA)
AeM	42.043.799,00 €	-12.914.473,00 €	29.129.326,00 €
Autostrade	4.676.203,00 €	-185.412,00 €	4.490.791,00 €
Edison			
Enel	13.422.000,00 €	-1.578.000,00 €	11.844.000,00 €
Ifil			
Lottomatica			
Mediaset	1.923.600,00 €	9.300,00 €	1.932.900,00 €
Snam Rete Gas	58.000,00 €	0,00 €	58.000,00 €
Telecom Italia	913.000,00 €	0,00 €	913.000,00 €
Terna			
Tiscali	186.049,00 €	-59.518,00 €	126.531,00 €
Subtotal	63.222.651,00 €	-14.728.103,00 €	48.494.548,00 €
Sector de Industrias			
Eni			
Fiat	3.322.000,00 €	2.256.000,00 €	5.578.000,00 €
Finmeccanica			
Luxottica Group			
Parmalat	472.800,00 €	-400,00 €	472.400,00 €
Pirelli & C			
Prysmian			
Saipem	805.000,00 €	30.000,00 €	835.000,00 €
Stmicroelectronics			
Tenaris			
Subtotal	4.599.800,00 €	2.285.600,00 €	6.885.400,00 €
Total	67.822.451,00 €	-12.442.503,00 €	55.379.948,00 €

Fonte: Elaboração própria

Através do quadro 8 verifica-se que nos Activos Intangíveis houve um impacto negativo no total de 12.442.503,00 €. Este impacto negativo deve-se ao facto da adopção da IAS 38 não permitir a capitalização de certos tipos de Activos Intangíveis e pelo facto de em algumas empresas os montantes previamente registados para fazerem face às novas oportunidades de negócio, tais como, custos de expansão, custos de investigação e certos custos pré-operacionais serem eliminados.

Também de acordo com a IAS 38 algumas categorias de custos tais como instalação e expansão, para serem reconhecidas tinham que satisfazer certas condições; como não preencheram todas as condições necessárias, os custos não foram reconhecidos como activo intangível. Se analisarmos o impacto dos Activos Intangíveis nos diferentes sectores de actividade verificamos que este impacto incide sobre o sector do serviço no valor de 14.728.103,00 € negativos. Este valor é justificado pelo grande impacto negativo que teve a empresa AEM pelos motivos supracitados. Contudo, verificamos que o impacto também é negativo nas restantes empresas que se enquadram neste sector excepto a empresa Mediaset que teve um impacto positivo no valor de 9.300,00 €, valor este não relevante perante os restantes.

De acordo com o relatório da empresa em causa este deve-se ao facto de alguns tipos de custos de longo prazo como por exemplo, custos de lançamento e expansão, custos de investigação e publicidade, custos para desenvolvimento da marca comercial produzida internamente e custos para o desenvolvimento de websites já não poderem ser reconhecidos como activo intangível, sendo o valor contabilístico na data da transição, revertido para resultados transitados.

No que diz respeito ao sector industrial a conclusão é oposta, verificando um impacto positivo de 2.285.600,00 € justificado pela Fiat, pelo facto de muitos dos Activos Intangíveis da empresa não serem capitalizados.

Todos os Activos Intangíveis da empresa foram adquiridos de terceiros. Não existem quaisquer Activos Intangíveis com uma vida útil indefinida e como tal segundo a IAS 38 um activo intangível com vida útil definida deve ser mensurado pelo preço de compra ou de produção e a quantia é amortizada numa base linear ao longo da sua vida

útil estimada, enquanto que um activo intangível com uma vida útil indefinida não deve ser amortizado, porém, é exigido que seja testado quanto à imparidade anualmente.

A grande divergência entre o normativo internacional e o normativo nacional é que ao contrário das IAS, em Itália não é permitida a reavaliação de activos a não ser não que a legislação expressamente o autorize.

4.6 Despesas de Investigação & Desenvolvimento (I&D)

De acordo com o art. 2426.º do Código Civil, se as despesas de investigação e desenvolvimento tiverem utilidade plurianual, podem ser registadas como activos, desde que obtido um acordo do conselho fiscal, devendo estas ser amortizadas por um período não superior a 5 anos.

4.6.1 Enquadramento

De acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites italianos, as despesas de investigação e desenvolvimento podem alternativamente ser capitalizadas ou imputadas a operações quando incorridas. A IAS 38 exige que as despesas de investigação devem ser reconhecidas como um gasto quando forem incorridas e não permite a capitalização de gastos na fase da investigação, mas refere que as despesas do desenvolvimento devem ser reconhecidas se, e apenas se, uma entidade puder demonstrar que:

- a viabilidade técnica de concluir o activo intangível afim de que esteja disponível para uso ou venda
- a sua intenção de concluir o activo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- a sua capacidade de usar ou vender o activo intangível;
- a forma como o activo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros. Entre outras coisas, a entidade pode demonstrar a existência de um mercado para a produção do activo intangível ou para o próprio activo intangível ou, se for para ser usado internamente, a utilidade do activo intangível;

- a disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o activo intangível.
- a sua capacidade para mensurar fiavelmente o dispêndio atribuível ao activo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

Caso a entidade não demonstre que as despesas de desenvolvimento cumprem os requisitos supra citados, estas serão gastos do exercício em que ocorrem.

4.6.2 Impacto

Verificámos que a principal diferença relativamente às Despesas de I&D entre os dois normativos e que de alguma forma teve impacto nos valores registados nas Demonstrações Financeiras, diz respeito às Despesas de Investigação.

Assim, de acordo com a IAS 38, as Despesas de Investigação devem ser consideradas como gastos, enquanto as de Desenvolvimento devem ser capitalizadas, se cumprirem determinados critérios, referidos anteriormente. O Normativo Italiano é semelhante às IAS/IFRS, com uma excepção: as empresas têm a faculdade de optar pela capitalização e respectiva amortização das Despesas de Desenvolvimento, se as condições forem todas reunidas.

Relativamente ao assunto em questão, não foi possível recolher dados nas Demonstrações Financeiras das empresas que compõem a nossa amostra.

4.7 Inventários

A IAS 2 define os Inventários como sendo activos detidos para venda no decurso ordinário da actividade empresarial no processo de produção para tal venda ou na forma de materiais ou bens de consumo a serem consumidos no processo de produção ou na prestação de serviços.

O art. 2424.º do Código Civil apresenta os Inventários como activos circulantes, e identifica-os como: matérias-primas, matérias subsidiárias e de consumo; produtos em curso de fabrico e semi-produtos; mercadorias e produtos acabados.

4.7.1 Enquadramento

Em Itália os Inventários são designados por *rimanenze* e são tratados pela Norma Contabilística n.º 13 – Inventários (*Le rimanenze di magazzino*) e pelo Código Civil.

Segundo a IAS 2, o tema primordial na contabilização dos Inventários é a quantia do custo a ser reconhecida como um activo. E menciona que os Inventários devem ser mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da actividade empresarial menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efectuar a venda (IASB, 2004e: § 6), ou seja, valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que uma entidade espera realizar com a venda do inventário no decurso ordinário da actividade empresarial (IASB, 2004e: § 7).

O custo dos Inventários deve incluir todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os Inventários no seu local e na sua condição actuais (IASB, 2004e: § 10).

Os Inventários são considerados como activo quando (IASB, 2004e: § 6):

- detidos para venda no decurso ordinário da actividade empresarial;
- no processo de produção para tal venda; ou
- na forma de materiais ou bens de consumo a serem consumidos no processo de produção ou na prestação de serviços.

De acordo com a IAS 2, a atribuição do custo dos Inventários deve ser feita pelo uso do critério valorimétrico FIFO (First In, First Out) ou custeio médio ponderado. Uma entidade deve usar o mesmo critério valorimétrico para todos os Inventários que tenham uma natureza e um uso semelhantes. Para os Inventários que tenham outra natureza, poderão as entidades justificar o uso de um critério valorimétrico diferente.

O método de custeio FIFO pressupõe que os *itens* de inventário que foram comprados ou produzidos primeiro sejam vendidos em primeiro lugar e consequentemente os *itens*

que permanecerem em inventário no fim do período sejam os *itens* mais recentemente comprados ou produzidos (IASB, 2004e: § 27).

Ainda tendo em conta o parágrafo supra citado, pela fórmula do custo médio ponderado, o custo de cada *item* é determinado a partir da média ponderada do custo de *itens* semelhantes no começo de um período e do custo de *itens* semelhantes comprados ou produzidos durante o período. A média pode ser determinada numa base periódica ou à medida que cada entrega adicional seja recebida, dependendo das circunstâncias da entidade.

Em Itália para o cálculo de saídas das existências, podem ser utilizados os seguintes critérios valorimétricos: o custo médio ponderado; o FIFO e o LIFO (Last In, First Out).

Como podemos ver na IAS 2, esta exclui o critério valorimétrico LIFO, permitindo o valor realizável líquido, quando este for inferior ao custo. Quando os Inventários são vendidos, a quantia escriturada desses Inventários deve ser reconhecida como um gasto do período em que o respectivo rédito seja reconhecido. A quantia de qualquer redução dos Inventários para o valor realizável líquido e todas as perdas de Inventários devem ser reconhecidas como um gasto do período em que a redução ou perda ocorra. A quantia de qualquer reversão ou redução de Inventários, proveniente de um aumento no valor realizável líquido, deve ser reconhecida como uma redução na quantia de Inventários reconhecida como um gasto do período em que a reversão ocorra (IASB, 2004e: § 34).

A Norma Contabilística Nacional n.º 13 recomenda que, no que respeita às existências (Inventários), deve efectuar-se rectificações necessárias para que as mesmas reflectam a quantidade efectivamente existente, valorizando-as ao menor entre o custo e o valor de mercado e devem ser divulgadas no Anexo as informações correspondentes.

4.7.2 Impacto

De seguida, apresentamos o quadro 10 os ajustamentos efectuados pelas empresas com valores admitidos à negociação, pertencentes ao MIB 30, referente aos Inventários no momento da transição das normas nacionais para as internacionais.

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à
negociação em Itália

Quadro 9 – Ajustamentos efectuados nos Inventários com a aplicação das IAS/IFRS

Sector de Serviços	IT GAAP	Ajustamentos	IAS (FTA)
AeM	48.263.714,00 €	15.452.147,00 €	63.715.861,00 €
Autostrade			
Edison	2.770.000,00 €	-2.474.000,00 €	296.000,00 €
Enel	1.321.000,00 €	12.000,00 €	1.333.000,00 €
Ifil			
Lottomatica			
Mediaset	17.300,00 €	400,00 €	17.700,00 €
Snam Rete Gas			
Telecom Italia			
Terna	19.600,00 €	0,00 €	19.600,00 €
Tiscali	2.712.000,00 €	-712.000,00 €	2.000.000,00 €
Subtotal	55.103.614,00 €	12.278.547,00 €	67.382.161,00 €
Sector de Industrias			
Eni			
Fiat	5.972.000,00 €	1.285.000,00 €	7.257.000,00 €
Finmeccanica			
Luxottica Group			
Parmalat	47.400,00 €	-4.100,00 €	43.300,00 €
Pirelli & C			
Prysmian			
Saipem	388.000,00 €	0,00 €	388.000,00 €
Stmicroelectronics			
Tenaris			
Subtotal	6.407.400,00 €	1.280.900,00 €	7.688.300,00 €
Total	61.511.014,00 €	13.559.447,00 €	75.070.461,00 €

Fonte: Elaboração própria

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação em Itália

Da análise do quadro 9, pode concluir-se que em relação aos Inventários não houve grandes impactos, uma vez que a maioria das empresas mensuram os seus Inventários utilizando como critério valorimétrico o custo médio ponderado.

Apesar do critério valorimétrico LIFO ser permitido pelo normativo italiano e não ser permitido pelas IAS/IFRS, este é raramente utilizado pelas empresas na mensuração dos seus Inventários e isto também influenciou a semelhança existente neste *item*.

Os valores dos ajustamentos são baixos, com excepção da empresa AeM que obteve um impacto positivo no valor de 15.452.147,00 € e a empresa Edison que obteve um impacto negativo no valor de 2.474.000,00 €, pertencendo ambas as empresas ao sector de serviços. Nem no relatório da empresa AeM, nem no da empresa Edison estão descritas as razões que justifiquem esses impactos.

4.8 Locações (Leasing)

Locação é um acordo pelo qual o locador transmite ao locatário, em troca de um pagamento ou série de pagamentos, o direito de usar um activo por um período de tempo acordado (IASB, 2004f: § 4).

Uma locação é considerada financeira quando transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como operacional quando ela não transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade (IASB, 2004f: § 8).

4.8.1 Enquadramento

A IAS 17 deve ser aplicada na contabilização de todas as Locações que não sejam (IASB, 2004f: § 2):

- Locações para explorar ou usar minérios, petróleo, gás natural e recursos similares não regeneráveis; e
- acordos de licenciamentos para *itens* tais como fitas cinematográficas, registos de vídeo, peças de teatro, manuscritos, patentes e direitos de autor.

Segundo a IAS 17 a classificação de uma locação depende da substância da transacção e não da forma do contrato entre o locador e o locatário. No entanto, apresenta algumas situações em que uma locação é considerada financeira (IASB, 2004f: § 10):

- a locação transfere a propriedade do activo para o locatário no fim do prazo da locação;
- o locatário tem a opção de comprar o activo por um preço que se espera que seja suficientemente mais baixo do que o justo valor à data em que a opção se torne exercível para que, no início da locação, seja razoavelmente certo que a opção será exercida;
- o prazo da locação refere-se à maior parte da vida económica do activo mesmo que o título não seja transferido;

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação em Itália

- no início da locação, o valor presente dos pagamentos mínimos da locação ascende a pelo menos substancialmente todo o justo valor do activo locado; e
- os activos locados são de uma tal natureza especializada que apenas o locatário os pode usar sem grandes modificações.

No começo do prazo de locação, os locatários devem reconhecer as Locações financeiras como activos e passivos nos seus Balanços por quantias iguais ao justo valor da propriedade locada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado no início da locação. Quaisquer custos directos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como activo (IASB, 2004f: § 20).

Os locadores devem reconhecer os activos detidos segundo uma locação financeira nos seus Balanços e apresentá-los como uma conta a receber por uma quantia igual ao investimento líquido na locação (IASB, 2004f: § 36).

O reconhecimento do rendimento financeiro deve basear-se num modelo que reflecta uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido do locador na locação financeira (IASB 2004: § 39).

Em Itália as disposições sobre a locação vêm dispostas nos artigos 1571.º e seguintes. Os conteúdos dessas disposições são semelhantes aos do normativo internacional, salvo a contabilização da locação financeira.

As operações de leasing, em Itália segundo Abreu (2008), são contabilizadas utilizando o método patrimonial. Aquela reforma, apesar de definir que as contas devem ser elaboradas tendo em conta a prevalência da substância sobre a forma, estabeleceu que as operações de leasing continuassem a ser registadas segundo o método patrimonial, mas sendo prestadas informações complementares no Anexo, simulando a sua representação pelo método financeiro.

4.8.2 Impacto

Pela análise das Demonstrações Financeiras das empresas constituintes da nossa amostra, não nos foi possível tirar conclusões sobre o *item* em análise, uma vez que as Demonstrações Financeiras não abordavam o assunto.

Contudo, depois da análise teórica dos dois normativos, consideramos que, caso as empresas tivessem apresentado valores referentes ao *item* em questão, surgiriam diferenças resultantes das divergências existentes entre os dois normativos.

4.9 Impostos Diferidos

Nesta rubrica é relatado o tratamento contabilístico dos Impostos Diferidos. Segundo a IAS 12, os Impostos Diferidos são as quantias de impostos sobre os rendimentos recuperáveis ou pagáveis no futuro.

De acordo com IAS 12, passivos por Impostos Diferidos são as quantias de impostos sobre o rendimento pagáveis em períodos futuros com respeito a diferenças temporárias tributáveis e activos por Impostos Diferidos são as quantias de impostos sobre o rendimento recuperáveis em períodos futuros (IASB, 2003: § 5).

4.9.1 Enquadramento

A importância da determinação dos Impostos Diferidos surge devido a diferença existente entre o resultado contabilístico e o resultado para efeitos fiscais. Esta diferença deve-se ao facto de haver critérios diferentes para a determinação destes resultados.

Segundo a IAS 12 os activos ou passivos por imposto correntes do período e dos períodos anteriores devem ser mensurados pela quantia que se espera ser paga ou recuperada pelas autoridades fiscais. Para essa mensuração devem ser usadas taxas fiscais que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data do Balanço.

Antes da revisão, a IAS 12 permitia que as empresas utilizassem na contabilização dos Impostos Diferidos quer o método do diferimento, quer o método do passivo, que é algumas vezes conhecido como método de passivo com base na Demonstração dos Resultados. O método de passivo com base na Demonstração dos Resultados focalizasse nas diferenças tempestivas.

A IAS 12 revista proíbe o método do diferimento e exige um outro método do passivo que é algumas vezes conhecido como o método do passivo com base no Balanço. O método de passivo com base no Balanço focalizasse nas diferenças temporárias.

As diferenças tempestivas são diferenças entre os lucros tributáveis e os lucros contabilísticos que se originam num período e revertem num ou mais períodos subsequentes.

As diferenças temporárias são diferenças entre a base tributária de um activo ou passivo e a sua quantia escriturada no Balanço. A base tributária de um activo ou de um passivo é a quantia atribuída a esse activo ou passivo para finalidades de tributação.

De acordo com o Normativo Italiano os Impostos Diferidos Activos e passivos devem ser calculados, incluindo todas as diferenças temporárias entre o valor contabilístico de um activo e o valor atribuído para efeitos fiscais. Não obstante, nenhuma quantia deve ser afixada se for improvável que o correspondente passivo nunca será pago, ou se não for razoavelmente certo de que haverá base tributável suficiente para absorver o relativo imposto activo no futuro (Cordazzo, 2007).

Em Itália diferenciam diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As diferenças temporárias tributáveis são aqueles que causam uma redução temporária no rendimento tributável como por exemplo, as mais-valias fiscais em parcelas durante vários anos; as depreciações antecipadas deduzidas na declaração do rendimento e imputado às reservas na distribuição de lucros e os dividendos reconhecidos pela competência.

As diferenças temporárias dedutíveis são aquelas que causam um aumento temporário no rendimento tributável como por exemplo, depreciações legais efectuadas num exercício por um valor superior ao aceite fiscalmente; desvalorização de créditos ou outras disposições para riscos de empréstimos superiores à medida fiscalmente permitida e disposições não permitidas pela legislação tributária.

A adopção da IAS 12 não estipula quaisquer excepções especiais para o exercício de Impostos Diferidos Passivos, mas tem requisitos semelhantes aos do Normativo Italiano para os Impostos Diferidos Activos.

Está inerente no reconhecimento de um activo que a sua quantia escriturada será recuperada na forma de benefícios económicos que fluam para a empresa nos períodos futuros (IASB, 2003: § 16).

Um activo por Impostos Diferidos deve ser reconhecido para o transporte de perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais possam ser usados perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados (IASB, 2003: § 30).

A mensuração de passivos por Impostos Diferidos e de activos por Impostos Diferidos deve reflectir as consequências fiscais que se seguem derivadas da maneira pela qual a entidade espera, à data do Balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos (IASB, 2003: § 51).

Segundo a Norma Contabilística Nacional n.º 25 – O tratamento contabilístico dos impostos sobre o (*Il trattamento contabile delle imposte sul reddito*) rendimento pela aplicação do princípio da especialização do exercício, só se devem reconhecer os impostos relacionados com o rendimento correspondente, devendo haver lugar, quando aplicável à contabilização de Impostos Diferidos e impostos antecipados.

Os Impostos Diferidos Activos devem ser contabilizados se houver razoável certeza de que nos exercícios subsequentes não haverá resultado final negativo. Em relação aos Impostos Diferidos Passivos, é apropriado a contabilização dos gastos futuros de acordo com um método bem definido.

O Código Civil no n.º 14 do art. 2427.º prescreve as informações a serem prestadas no que diz respeito aos Impostos Diferidos.

4.9.2 Impacto

O impacto da IAS 12 nas Demonstrações Financeiras inclui o efeito combinado do impacto líquido de Impostos Diferidos sobre ajustamentos de IAS/IFRS de várias classes, tais como, inventários, depreciação, concentração de actividades empresariais, *Goodwill*, reavaliação de activos e outras diferenças entre as normas contabilísticas italianas e o reconhecimento dos Impostos Diferidos Activos e Passivos de acordo com a IAS/IFRS. De seguida, apresentamos o quadro 10 referente aos ajustamentos efectuados nos Impostos Diferidos Activos e o quadro 11 referente aos ajustamentos efectuados nos Impostos Diferidos Passivos, onde podemos analisar tais diferenças.

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à
negociação em Itália

Quadro 10 – Ajustamentos efectuados nos Impostos Diferidos Activos com a aplicação das IAS/IFRS

Sector de Serviços	IT GAAP	Ajustamentos	IAS (FTA)
AeM	41.765.924,00 €	42.202.434,00 €	83.968.358,00 €
Autostrade	1.447.508,00 €	1.098.650,00 €	2.546.158,00 €
Edison	52.000,00 €	48.000,00 €	100.000,00 €
Enel	2.038.000,00 €	479.000,00 €	2.517.000,00 €
Ifil			
Lottomatica			
Mediaset	174.700,00 €	103.300,00 €	278.000,00 €
Snam Rete Gas			
Telecom Italia	14.304.000,00 €	1.484.000,00 €	15.788.000,00 €
Terna			
Tiscali	158.495.000,00 €	-1.194.000,00 €	157.301.000,00 €
Subtotal	218.277.132,00 €	44.221.384,00 €	262.498.516,00 €
Sector de Industrias			
Eni			
Fiat	2.161.000,00 €	241.000,00 €	2.402.000,00 €
Finmeccanica			
Luxottica Group			
Parmalat			
Pirelli & C			
Prysmian			
Saipem	14.000,00 €	0,00 €	14.000,00 €
Stmicroelectronics			
Tenaris			
Sutotal	2.175.000,00 €	241.000,00 €	2.416.000,00 €
Total	220.452.132,00 €	44.462.384,00 €	264.914.516,00 €

Fonte: Elaboração própria

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação em Itália

Quadro 11 – Ajustamentos efectuados nos Impostos Diferidos Passivos com a aplicação das IAS/IFRS

Sector de Serviços	IT GAAP	Ajustamentos	IAS (FTA)
AeM	44.205.490,00 €	26.265.128,00 €	70.470.618,00 €
Autostrade	168,00 €	126.408,00 €	126.576,00 €
Edison			
Enel	2.515.000,00 €	-461.000,00 €	2.054.000,00 €
Ifil			
Lottomatica			
Mediaset	0,00 €	88.200,00 €	88.200,00 €
Snam Rete Gas	738.000,00 €	-15.000,00 €	723.000,00 €
Telecom Italia			
Terna	465.400,00 €	-418.400,00 €	47.000,00 €
Tiscali			
Subtotal	47.924.058,00 €	25.585.336,00 €	73.509.394,00 €
Sector de Industrias			
Eni			
Fiat			
Finmeccanica			
Luxottica Group			
Parmalat			
Pirelli & C			
Prysmian			
Saipem	5.000,00 €	0,00 €	5.000,00 €
Stmicroelectronics			
Tenaris			
Subtotal	5.000,00 €	0,00 €	5.000,00 €
Total	47.929.058,00 €	25.585.336,00 €	73.514.394,00 €

Fonte: Elaboração Própria

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação em Itália

Como se pode ver no quadro 10 relativo aos Impostos Diferidos Activos no sector de serviços houve um impacto positivo num total de ajustamentos de 44.462.384,00 €. Deste valor 42.202.434,00 € diz respeito à empresa AeM, 1.098.650,00 € diz respeito à Autostrade, e 1.484.000,00 € à Telecom Itália representando maior peso no total de ajustamentos.

Das empresas analisadas no sector de serviços a única que obteve um impacto negativo foi a Tiscali no valor de 1.194.000,00 €.

Em relação ao sector de indústrias apenas duas empresas possuem informações acerca do impacto no momento da transição, a Fiat que obteve um impacto positivo no valor de 241.000,00 € e a Saipem que não teve impacto, na medida em que para o *item* em análise, manteve o mesmo valor.

Da análise do quadro 11 relativo aos Impostos Diferidos Passivos também houve um impacto positivo num total de ajustamentos de 25.585.336,00 €. Tal como acontece no sector de serviços, as empresas AeM e Autostrade tiveram maior peso no total de ajustamentos, tendo respectivamente o valor de 26.265.128,00 € e de 126.408,00 €. Salientamos o facto das empresas Enel, Snam Rete Gas e Terna obterem um impacto negativo.

Dada a escassez de informação referente ao sector de indústrias, não nos é possível analisar este sector, uma vez que apenas a empresa Saipem possui informação e não obteve impacto, como se pode verificar no quadro 11.

O impacto positivo verificado em termos gerais, deve-se ao facto da divergência entre o normativo italiano e a IAS 12 em relação ao reconhecimento das diferenças temporárias. A IAS 12 no seu § 15 descreve que um passivo por Impostos Diferidos deve ser reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis, o que não acontece com o descrito no normativo italiano, que exige que estes sejam reconhecidos se houver razoável certeza de que nos exercícios subsequentes não haverá resultado final negativo.

4.10 Pensões

O normativo internacional de contabilidade, identifica Pensões como benefícios pós-emprego dos trabalhadores. Exige que as empresas à data do Balanço divulguem pressupostos actuarial em termos absolutos (por exemplo, como uma percentagem absoluta) e não apenas como uma margem entre diferentes percentagens ou outras variáveis. Os pressupostos actuariais mais importantes são as taxas de desconto e as taxas esperadas do retorno em quaisquer activos do plano para os períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras (IASB, 2003a).

4.10.1 Enquadramento

Os planos de Pensões são regulamentados pela IAS 19 “Benefícios dos empregados ” que tem como objectivo prescrever a contabilização e a divulgação dos benefícios dos empregados (IAS, 2003a) e é complementada com a IAS 36 “Contabilização e Relato dos Planos de Benefícios de Reforma”. Esta norma (IAS 26) trata da contabilização e divulgação dos planos de Pensões para todos os participantes como um grupo. Não trata de relatórios para participantes individuais acerca dos seus direitos de benefícios de reforma.

Uma vez que a IAS 26 “Contabilização e relatos dos planos de benefícios de reforma” regulam o conteúdo das informações contabilísticas dos planos de pensões, quando estes são apresentados como uma entidade separada das empresas às que pertencem os participantes do plano, a IAS 19 remete para a IAS 26 a parte respeitante aos planos de pensões.

Planos de benefícios pós emprego são acordos formais ou informais entre os empregados e a empresa pelos quais, a empresa se compromete a pagar aos seus empregados um determinado valor após a conclusão do emprego (que não sejam benefícios de cessação de emprego) (IAS, 2003a).

Os planos de benefícios pós-emprego classificam-se como planos de contribuição definida ou planos de benefícios definidos, dependendo da substância económica do plano que resulte dos seus principais termos e condições.

Os planos de contribuição definidos são planos de benefícios pós emprego pelos quais uma empresa paga contribuições fixadas a uma entidade separada (um fundo) e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver activos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relativos ao serviço dos empregados no período corrente e em períodos anteriores e os planos de benefícios definidos são planos de benefícios pós emprego que não sejam planos de contribuição definida.

Pelos planos da contribuição definida (IAS, 2003a):

- a obrigação legal da empresa é limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo. Assim, a quantia dos benefícios pós emprego recebidos pelo empregado é determinada pela quantia de contribuições pagas por uma empresa para um plano de benefícios pós emprego ou para uma empresa de seguros, juntamente com os retornos do investimento provenientes das contribuições; e
- em consequência, o risco actuarial¹⁶ e o risco de investimento¹⁷ recaem no empregado.

Pelos planos dos benefícios definidos (IAS, 2003):

- a obrigação da empresa é a de proporcionar os benefícios acordados com os empregados correntes e antigos; e
- risco actuarial e o risco de investimento recaem, em substância, na empresa. Se a experiência actuarial ou de investimento forem piores que o esperado, a obrigação da empresa pode ser aumentada.

A IAS 19 exige que uma empresa reconheça as contribuições para um plano de contribuição definido quando o empregado tiver prestado serviço em troca dessas contribuições, e para todos os outros planos de benefícios pós empregos, que são

¹⁶ Quando os benefícios forem inferiores aos esperados.

¹⁷ Quando os activos investidos forem insuficientes para satisfazer os benefícios esperados.

considerados planos de benefícios definidos, exige que as empresas contabilizem não só a sua obrigação legal, mas também qualquer obrigação construtiva que surja das práticas da empresa e reconheça uma porção específica dos ganhos e perdas actuariais acumuladas líquidas que exceda o maior de:

- 10 % do valor presente da obrigação de benefícios definidos (antes de deduzir os activos do plano); e
- 10 % do justo valor de quaisquer activos do plano.

A porção de ganhos e perdas actuariais a ser reconhecidas relativamente a cada plano de benefícios definidos é o excesso que caiu fora de 10 % do «corredor» à data do anterior relato, dividido pelas vidas médias esperadas da restante vida de trabalho dos empregados participantes.

Em Itália esta matéria é regulada pelo artigo n.º 2120 do CC, rubricada “*Disciplina del Trattamento di Fine Rapporto*”¹⁸ (TFR) e pela Lei 297 de 29 de Maio de 1982.

O TFR é uma forma de retribuição diferida, a ser liquidada no momento da cessação do vínculo laboral do trabalhador à empresa, mas que tendo resultado de uma prestação de trabalho anterior, deve ser reconhecida ao longo dos vários exercícios. Aplicou-se, inicialmente, unicamente aos trabalhadores dependentes do sector privado, tendo a partir de 1996 (Lei n.º 335 de 8 de Agosto de 1995) sido alargada aos funcionários públicos (Abreu, 2008).

O artigo 2120.º do Código Civil dispõe que:

- a garantia do TFR: em qualquer caso de cessação do contrato o trabalhador tem direito a uma retribuição. Esta retribuição é calculada através do somatório do montante total das remunerações anuais dividida por 13.5, resultando assim o TFR anual. A taxa é reduzida proporcionalmente para a fracção de ano, contando como um mês completo as fracções do mês igual ou superior a 15 dias.

¹⁸ Em português é conhecida como tratamento de fim de contrato.

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação em Itália

- reavaliação do TFR: o valor é reavaliado, numa base composta, a 31 de Dezembro de cada ano, com a aplicação a partir de 1,5% de taxa fixa e 75% de taxa variável do aumento do índice de preços no consumidor, estabelecido pelo Instituto Superior de Estatística (ISTAT)¹⁹.

- antecipação do TFR: o trabalhador com pelo menos 8 anos de serviço com o mesmo empregador, tem a possibilidade, na constância da relação de trabalho, de solicitar um adiantamento não superior a 70% sobre o tratamento que teria direito no caso de rescisão, à data dessa aplicação.

O empregador, relativamente, às solicitações supram citadas, é obrigado a satisfazer os pedidos dos trabalhadores, dentro dos limites de 10% dos que podem beneficiar desse direito, ou, em 4% do número total dos empregados.

O pedido deve ser justificado pela necessidade de:

- quaisquer despesas de saúde para terapias e medidas especiais aprovadas pelos órgãos públicos competentes;
- aquisição de habitação própria ou para os filhos, devidamente documentada pela escritura.

A antecipação pode ser obtida apenas uma vez durante a relação de emprego e é descontada em todos os aspectos do TFR.

As convenções colectivas também podem estabelecer critérios de prioridade para a aceitação dos pedidos de antecipação. Outras referências relativas à antecipação do TFR são: Lei n.º 297 de 29 Maio de 1982 no seu artigo n.º 7 e Lei n.º 53 de 08 de Março de 2000.

A Lei n.º 297 de 29 de Maio de 1982 reformou a Lei que existia anterior, substituindo o subsídio de reforma com o TFR a partir de 1 de Junho de 1982. Até à introdução dessa Lei o TFR que era denominado de “subsídio de reforma” ou “subsídio de serviço” ou

¹⁹ Em Itália a sigla é conhecida como “Istituto nazionale di statistica”

“liquidação” era calculado com base no produto do último salário mensal para o número de anos de serviços prestados.

No que diz respeito à garantia do TFR prevista no referido artigo n.º 2120 do Código Civil, a Lei 297/1982 no seu artigo 2º, instituiu um Fundo de Garantia Nacional para que os trabalhadores das empresas em estado de insolvência ou falência, possam confiar na gestão do *Istituto Nazionale per la Previdenza Sociale*²⁰ (INPS).

Há que salientar que não estão incluídos no TFR os administradores. Apesar de não haver na legislação italiana disposições para o fim de mandato (TFM²¹), recomenda-se que se utilize para este as regras do TFR.

4.10.2 Impacto

Relativamente ao *item* em análise, as Demonstrações Financeiras das empresas em estudo, não apresentam dados que nos permitam tirar conclusões sobre o assunto em questão.

4.11 Acontecimentos após a data de Balanço

Nesta rubrica iremos analisar se os acontecimentos entre a data do fecho do exercício e a data da elaboração das Demonstrações Financeiras deram origem a ajustamentos e qual foi o impacto da utilização das IAS/IFRS.

Em casos de coincidência entre exercícios e anos civis, este período é normalmente o que decorre de 31 de Dezembro a 31 de Março do ano Seguinte.

4.11.1 Enquadramento

Os acontecimentos após a data de Balanço são regulamentados pela IAS 10 “acontecimentos após a data de Balanço”, e pela Norma Contabilística Nacional n.º 29 “Alterações nas políticas contabilísticas – Alterações nas estimativas contabilísticas – Correções de erros – Eventos e operações extraordinárias – Acontecimentos após a data do Balanço” (*Cambiamenti di principi contabili - Cambiamenti di stime contabili -*

²⁰ Instituto Nacional de Previdência Social

²¹ Em Itália a sigla é conhecida como “Trattamento fine mandato”

Correzione di errori - Eventi e operazioni straordinari - Fatti intervenuti dopo la data di chiusura dell'esercizio) e pelo Código Civil.

Os acontecimentos após a data do Balanço são factos favoráveis e desfavoráveis, que ocorram entre a data do Balanço e a data em que as Demonstrações Financeiras são autorizadas para emissão. Existem dois tipos de factos (IAS, 2004g):

- factos que dão lugar a ajustamentos: são acontecimentos que evidenciam condições já existentes à data do Balanço, mas só se manifestam após o encerramento do exercício. Neste caso, a entidade deve ajustar as quantias reconhecidas nas suas Demonstrações Financeiras de modo a que estas reflectem os acontecimentos após a data do Balanço que deram lugar a ajustamentos;
- factos que não dão lugar a ajustamentos: são acontecimentos importantes, indicativos de condições que tenham surgido após a data do Balanço e que sejam muito importantes, que a correspondente omissão influencie a tomada de decisões por parte dos utentes das informações financeiras. Neste caso, a entidade não deve ajustar as quantias reconhecidas nas suas Demonstrações Financeiras para reflectir os acontecimentos após a data do Balanço que não dão lugar a ajustamentos.

A IAS 10 exige que uma entidade não deve preparar as suas Demonstrações Financeiras numa base de continuidade se os acontecimentos após a data do Balanço indicarem que o pressuposto da continuidade não é apropriado.

O Código Civil, no âmbito dos princípios de elaboração das Demonstrações Financeiras expressos no primeiro parágrafo artigo n.º 2423-bis, no seu n.º 4 exige que uma entidade ao elaborar as suas Demonstrações Financeiras deve considerar os riscos e as perdas do exercício, embora conhecida após o seu encerramento. Refere que a entidade deve fazer uma clara distinção entre os efeitos de acontecimentos do exercício, embora conhecidos depois, os efeitos dos acontecimentos ocorridos após a data do Balanço, que não sejam da responsabilidade do mesmo.

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação em Itália

O artigo n.º 2428 “Relatório de Gestão” (*Relazione sulla gestione*) no seu n.º 2, ponto 5 diz que o um Relatório de Gestão, deve em qualquer caso, descrever os acontecimentos significativos ocorridos após a data do Balanço.

Dado a semelhança entre a IAS 10 e a Norma Contabilística Nacional n.º 19, fala-se apenas de alguns exemplos desses acontecimentos.

Acontecimentos que devem ser reflectidos nas contas:

- deterioração da situação financeira do devedor, confirmada pela falência;
- definição de um caso judicial confirmando uma obrigação por um valor diferente do previsto à data do Balanço.
- venda de produtos em armazém a um preço inferior ao da valorização à data do Balanço.
- determinação de um prémio a pagar aos empregados, após à data do Balanço, por serviços relacionados com o exercício terminado;
- descobertas de um erro ou de uma fraude.

Nos casos em que os seus efeitos (montantes) não forem determináveis, estes devem ser comunicadas nas notas.

Acontecimentos que não devem ser reflectido nas contas:

- declínio do valor de mercado de certos valores mobiliários ou mercadorias, após à data do Balanço;
- a destruição de instalações, máquinas ou bens causados por calamidades;
- perdas decorrentes de variações de taxas de câmbio;
- contenciosos significativos que surgiram após à data do Balanço (contratual, legal ou fiscal);
- flutuações anormais dos valores de mercado;

- aquisições ou alienações de empresas ou parte de empresas;
- operações de natureza extraordinárias deliberadas após à data de Balanço.

Nestes casos, quando não são reflectidos nas Demonstrações Financeiras, devem ser devidamente explicados no Anexo (nota integrativa).

4.11.2 Impacto

Pela análise das Demonstrações Financeiras das empresas constituintes da nossa amostra, não nos foi possível tirar conclusões sobre o *item* em análise, uma vez que as Demonstrações Financeiras não abordavam o assunto.

4.12 Informação financeira comparativa

As exigências das informações contabilísticas por parte dos intervenientes nos mercados proporcionem incentivos aos administradores das empresas a aumentarem a qualidade das informações financeiras para facilitar as decisões de investimento por parte dos investidores.

4.12.1 Enquadramento

Com o Regulamento 1606/2002/CE que obriga a adopção das IAS/IFRS a partir de 1 de Janeiro de 2005 para as entidades com valores admitidos à negociação, estas tiveram que elaborar as suas Demonstrações Financeiras de abertura de acordo com as IAS/IFRS, de modo a que os valores sejam comparáveis com os do exercício de 2005.

4.12.2 Impacto

No quadro 12 a seguir comparamos o total do Activo e no quadro 13 total dos Capitais Próprios elaborados de acordo com as Normas Nacionais e Internacionais.

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à
negociação em Itália

Quadro 12 – Comparação entre o Total do Activo segundo os dois normativos

Sector de Serviços	Total Activo IT GAAP	Ajustamentos	Total Activo IAS (FTA)
AeM	4.046.269,00 €	627.707,00 €	4.673.976,00 €
Autostrade	14.944.730,00 €	517.592,00 €	15.462.322,00 €
Edison	16.496.000,00 €	476.000,00 €	16.972.000,00 €
Enel	66.461.000,00 €	-814.000,00 €	65.647.000,00 €
Ifil			
Lottomatica			
Mediaset	4.696.900,00 €	72.500,00 €	4.769.400,00 €
Snam Rete Gas	9.894.000,00 €	16.000,00 €	9.910.000,00 €
Telecom Italia	1.285.439,00 €	1.522,00 €	1.286.961,00 €
Terna	4.894.100,00 €	94.800,00 €	4.988.900,00 €
Tiscali	1.507.999,00 €	-39.739,00 €	1.468.260,00 €
Subtotal	124.226.437,00 €	952.382,00 €	125.178.819,00 €
Sector de Industrias			
Eni			
Fiat	47.598.000,00 €	14.924.000,00 €	62.522.000,00 €
Finmeccanica			
Luxottica Group			
Parmalat	1.624.500,00 €	-42.800,00 €	1.581.700,00 €
Pirelli & C			
Prysmian			
Saipem	5.086.000,00 €	51.000,00 €	5.137.000,00 €
Stmicroelectronics			
Tenaris			
Subtotal	54.308.500,00 €	14.932.200,00 €	69.240.700,00 €
Total	178.534.937,00 €	15.884.582,00 €	194.419.519,00 €

Fonte: Elaboração própria

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à
negociação em Itália

Quadro 13 – Comparação entre o Total do Capital Próprio segundo os dois normativos

Sector de Serviços	Total do Capital Próprio IT GAAP	Ajustamentos	Total do Capital Próprio IAS (FTA)
AeM	1.366.352,00 €	-67.227,00 €	1.299.125,00 €
Autostrade	1.576.883,00 €	1.039.973,00 €	2.616.856,00 €
Edison	6.013.000,00 €	-53.000,00 €	5.960.000,00 €
Enel	21.315.000,00 €	-1.694.000,00 €	19.621.000,00 €
Ifil			
Lottomatica			
Mediaset	2.832.600,00 €	-3.100,00 €	2.829.500,00 €
Snam Rete Gas	5.819.000,00 €	9.000,00 €	5.828.000,00 €
Telecom Italia	1.073.544,00 €	3.232,00 €	1.076.776,00 €
Terna	1.819.900,00 €	-60.800,00 €	1.759.100,00 €
Tiscali	315.772,00 €	2.023,00 €	317.795,00 €
Subtotal	42.132.051,00 €	-823.899,00 €	41.308.152,00 €
Sector de Industrias			
Eni			
Fiat	5.757.000,00 €	-829.000,00 €	4.928.000,00 €
Finmeccanica			
Luxottica Group			
Parmalat	1.374.400,00 €	200.600,00 €	1.575.000,00 €
Pirelli & C			
Prysmian			
Saipem	1.497.000,00 €	48.000,00 €	1.545.000,00 €
Stmicroelectronics			
Tenaris			
Subtotal	8.628.400,00 €	-580.400,00 €	8.048.000,00 €
Total	50.760.451,00 €	-1.404.299,00 €	49.356.152,00 €

Fonte: Elaboração própria

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação em Itália

Da análise dos quadros 12 e 13, podemos verificar que houve um aumento no Total do Activo e uma diminuição no Total dos Capitais Próprios com a adopção das IAS/IFRS. Das empresas com informações disponíveis apenas três empresas apresentaram diminuição no total dos seus Activos e mais de metade apresentaram diminuição no total dos seus Capitais Próprios.

O aumento do Total do Activo deve-se ao aumento de alguns *itens* analisados anteriormente, como por exemplo o Impostos Diferidos Activos, Activos Fixos Tangíveis e Inventários, principalmente no sector de serviços.

Conclusão

O Regulamento 1606/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidades, obriga todas as sociedades da União Europeia, com valores admitidos à negociação em mercados regulamentados, a preparar, apresentar e publicar as suas Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as IAS/IFRS a partir de 1 de Janeiro de 2005, permitindo o alargamento dessa obrigação a outras sociedades por opção de cada Estado Membro.

Em Itália, as Normas Contabilísticas são basicamente reguladas por certos artigos do Código Civil e pelo Organismo Italiano de Contabilidade. Dentro da CNDCR foi criada uma comissão para interpretar as Normas Contabilísticas Nacionais.

O governo italiano em 1998 tentou a primeira aproximação às Normas Internacionais. Para o efeito, o art. 117.º do Decreto Legislativo 58/98 previu a possibilidade das empresas com valores admitidos à negociação nos mercados regulamentados na UE preparassem as suas Demonstrações Financeiras Consolidadas com base nas IAS/IFRS de forma consistente com as Directrizes Contabilísticas. No entanto, tal artigo não foi aprovado e, além disso, com a promulgação dos Regulamentos 1606/2002/CE e 1725/2003/CE, este perdeu a relevância, uma vez que, os Regulamentos têm alcance a nível comunitário.

Esta dissertação analisa “Impacto da aprovação do Regulamento 1606/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho – Os sistemas de normalização contabilística dos Estados Membros e os impactos do processo de transição – os efeitos da adopção das IAS/IFRS no momento de transição nas Demonstrações Financeiras das entidades com valores admitidos à negociação: avaliação quantitativa e qualitativa dos impactos declarados pelas empresas Italianas”.

Com este estudo investigamos a relevância das Demonstrações Financeiras das empresas pertencentes ao MIB 30 elaboradas de acordo com a ITALIAN GAAP e IAS/IFRS, com o objectivo de determinar se com a adopção das IAS/IFRS aumentou a qualidade da informação contabilística para os investidores.

Em resposta ao nosso objectivo, os resultados do estudo levam-nos a inferir que as empresas aumentaram a capacidade explicativa durante o período da adopção IAS/IFRS. Apesar de não conseguirmos obter os dados para todos os *itens* em análise, do estudo sectorial destaca-se que a adopção das IAS/IFRS, particularmente no sector dos serviços, aumentou a qualidade da informação financeira, ou seja, a relevância. As principais causas deste aumento estão relacionadas com o não reconhecimento de despesas de investigação, mensuração ao justo valor e mudança dos critérios de consolidação e exclusão da amortização do *Goodwill*.

Uma vez que em Itália a política influenciava muito na redacção das Normas Contabilísticas Nacionais, a qualidade da informação financeira preparada pelas empresas tinha como base os incentivos criados pelo mercado e pelos factores políticos. Atendendo ao recente crescimento do mercado de capitais bem como as divergências entre a contabilidade e fiscalidade, também estas contribuíram para reforçar a elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras de acordo com as IAS/IFRS, portanto, influenciar positivamente a qualidade da informação financeira.

Em suma o estudo realizado mostra que a transição das Normas Nacionais para as IAS/IFRS teve um impacto relevante, devido a algumas discordâncias entre os dois normativos:

- a aplicação das IAS/IFRS contribui para a uma preparação e elaboração das Demonstrações Financeiras mais representativas da realidade de um grupo, sobretudo no que diz respeito à área de consolidação, onde as disposições são mais amplas do que as previstas no Decreto Legislativo 127/1991.
- as datas das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas devem ser iguais, segundo as normas de Itália, enquanto as IAS permitem datas diferentes, desde que não separadas por mais de 3 meses e se tenha em conta os acontecimentos ocorridos entre essas datas.
- as IAS não prevêm a exclusão da consolidação de empresas filiais que desenvolvam uma actividade marcadamente diferente da actividade do grupo. As normas italianas citam que uma filial que tenha uma actividade

marcadamente diferente da do grupo, de tal modo que a sua inclusão faria com que as contas consolidadas não obedecessem ao princípio da clareza e da imagem verdadeira e apropriada, seja excluída da consolidação.

- os passivos por Impostos Diferidos segundo o normativo italiano não devem ser contabilizadas se houver razoável certeza de se verificarem, enquanto que a IAS determina sempre o seu reconhecimento.

- a IAS prevê a reavaliação do activo tangível, tal não é permitida pelo normativo italiano.

- o que diz respeito a locação a IAS estabelece o reconhecimento do bem locado, pelo locatário, como se de uma aquisição se tratasse, reflectindo o princípio da substancia sobre a forma, isto é, o registo pelo método financeiro, enquanto que já as normas italianas determinam o registo dos bens em leasing pelo método patrimonial.

De um modo geral as Normas Contabilísticas Nacionais não se afastam muito das IAS/IFRS, até porque estas serviram de base para a sua elaboração.

A adopção das IAS/IFRS em 2005 encontrava-se numa fase inicial, não sendo por isso obrigatória a sua aplicação na totalidade por parte das empresas. As maiores limitações neste estudo, foram a falta de dados de alguns *itens* no momento da transição para a análise dos impactos e a complexidade em interligar o conjunto imenso de normas e regras dos vários organismos existentes em Itália (Código Civil, OIC, CNDCCR, TUIR etc.).

Uma vez que já passaram 5 anos após a adopção das IAS/IFRS, consideramos oportuno dar continuidade a este estudo, analisando se a qualidade da informação financeira, aumentou com a inserção das referidas normas.

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à
negociação em Itália

Bibliografia

Abreu, P.A.G (2008). *Análise do Sistema de Normalização Contabilística da Itália*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro.

Alexander, D. e Archer, S. (2003). *European Accounting Guide* (5ª ed.). New York: Aspen Publishers.

Amaral, C. X. (2001). *Processo de Harmonização Contabilística Internacional: Tendências Actuais*. Documento disponível em http://www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD10/gestaodesenvolvimento10_33.pdf, 30 de Outubro 2009.

Amat, O. e Blake, J. (1996). *Contabilidad Europea*, Madrid: AECA.

Benau, M.A.G (1995): *Armonización de la Información Financeira en Europa*, ICAC, Madrid.

Codice Civile (1942). *Libro Quinto*, Reiscritto dal Decreto Legislativo 17 gennaio 2003, n. 6 (aggiornato con d. lgs 06/02/04, n. 37, d. lgs 28 dicembre 2004, n. 310, Legge 28/12/2005, n. 262 e DL n. 39 del 27/01/2010). Documento disponível em <http://www.universocoop.it/codice.asp>, 24 Fevereiro 2010.

Comunidade Económica Europeia, CEE (1983). *Directiva 83/349/CEE do Concelho de 13 de Junho de 1983* (Sétima Directiva), relativa as Contas consolidadas, publicada no Jornal Oficial nº L 193 de 18 de Julho de 1983 p. 01 – 17. Documento disponível em http://www.cnc.min-financas.pt/0_new_site/Directivas_UE/7%C2%AADirectiva_Consolidada_16072009.pdf, 16 de Março de 2010.

____, CEE (1978). *Directiva 78/660/CEE do Conselho de 25 de Julho de 1978* (Quarta Directiva), relativa Contas anuais de certas formas de sociedades, publicada no Jornal Oficial nº L 222 de 14 de Agosto de 1978 p. 11 – 31. Documento disponível em http://www.cnc.min-financas.pt/0_new_site/Directivas_UE/7%C2%AADirectiva_Consolidada_16072009.pdf

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação em Itália

financas.pt/0_new_site/Directivas UE/4%C2%AADirectiva Consolidada 16072009.pdf, 16 de Março de 2010.

Comunidade Europeia, CE (2002). *Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho*, relativo a aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias. Documento disponível em http://www.cnc.min-financas.pt/0_new_site/IAS IFRS UE/Reg 1606 02 IAS pt.pdf, 2 de Março de 2010.

____, CE (2003) *Regulamento n.º 1725/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho*, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias de Documento disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2005:337:0016:0019:PT:PDF>, 11 de Março de 2010.

____, CE (2004) *Regulamento n.º 2238/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho*, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias. Documento disponível em <http://www.cnc.min-financas.pt/IAS SIC/Reg 2238 2004 IAS.pdf>, 11 de Março de 2010.

____, CE (2008). *Regulamento n.º 1126/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho*, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias. Documento disponível em http://www.cnc.min-financas.pt/0_new_site/IAS IFRS UE/REG 1126 2008 NIC consolidado.pdf, 8 de Abril 2010.

Commissione Nazionale per le Società e la Borsa, CONSOB (1998). *Legislative Decree no. 58 of 24 February 1998*. Documento disponível em http://www.consob.it/mainen/documenti/english/laws/fr_decree58_1998.htm, 10 de Novembro de 2009.

Consiglio Nazionale Dottori Commercialisti, CNDC (2002). *Finalità e postulati dei principi contabili degli enti locali*, de www.cndc.it. Documento disponível em http://www.cndc.it/CMS/Documenti/145_hnitjiwjr.pdf, 18 de Abril de 2010.

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação em Itália

Cordazzo, M. (2007). *The impact of IAS/IFRS on accounting practices: evidences from Italian Listed Companies*. Documento disponível em <http://www.hec.unil.ch/urccf/seminar/Michela%20Cordazzo%20-%20Dec07.pdf>, 23 de Janeiro de 2010.

Cortesi, A.; Montani, E.; e Tettamanzi, P. (2009). IAS/IFRS Adoption by Italian Listed Companies: First Empirical Evidences. *International Review of Business Research Papers*, vol. 5, 100 - 110. Documento disponível em <http://www.bizresearchpapers.com/10.Elena-pdf.pdf>, 16 de Abril de 2010.

Decreto Legislativo, DLg n.º 58 de 24 de Fevereiro, (1998). *Testo unico delle disposizioni in materia di intermediazione finanziaria, ai sensi degli articoli 8 e 21 della legge 6 febbraio 1996, n. 52*, publicado na *Gazzetta Ufficiale* n.º 71 de 26 de Março 1998 - Suplemento Ordinário n.º 52. Documento disponível em http://www.consob.it/main/documenti/Regolamentazione/normativa/dlgs58_1998.htm?symbblink=/main/intermediari/impres_investimento/dlgs58_1998.html, 9 de Maio de 2010.

____, DLg n.º 27 de Janeiro, (1992). *Attuazione della direttiva n. 86/635/CEE, relativa ai conti annuali ed ai conti consolidati delle banche e degli altri istituti finanziari, e della direttiva n. 89/117/CEE, relativa agli obblighi in materia di pubblicità dei documenti contabili delle succursali, stabilite in uno Stato membro, di enti creditizi ed istituti finanziari con sede sociale fuori di tale Stato membro*, publicado na *Gazzetta Ufficiale* n.º 37 de 14 de Fevereiro de 1992 – Suplemento Ordinário n.º???. Documento disponível em http://www.tuttocamere.it/files/dirsoc/1992_87.pdf, 9 de Maio de 2010.

____, DLg n.º 6 de 17 de Janeiro, (2003). *Riforma organica della disciplina delle societa' di capitali e societa' cooperative, in attuazione della legge 3 ottobre 2001, n. 366*, publicado na *Gazzetta Ufficiale* n.º 17 de 22 Janeiro de 2003 - Suplemento Ordinário n.º 8. Documento disponível em <http://www.camera.it/parlam/leggi/deleghe/03006dl.htm>, 9 de Maio de 2010.

Regulamento 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação em Itália

Delvaille, P.; Ebbers, G. e Saccon, C. (2005). *International Financial Reporting Convergence: Evidence from Three Continental European Countries*. Documento disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/09638180500379103>, 9 de Janeiro de 2010.

Doral, M. e Veronica, G. (2009) *Comparative Study Romania-Italy Concerning the Implementation of IAS/IFRS*. Documento disponível em <http://steconomice.uoradea.ro/anale/volume/2008/v3-finances-banks-accountancy/235.pdf>, 4 de Outubro de 2009.

Guimarães, J. (s/d). *O sistema contabilístico*. Documento disponível em <http://infocontab.com.pt/download/SistemaConta.pdf>, 5 de Maio de 2010.

Istituto di Ricerca dei Dottori Commercialisti e degli Esperti Contabili, IRDCEC (2005). *Bilancio d'esercizio, finalità e postulati*, Documento disponível em <http://www.irdcec.it/node/267>, 7 de Abril de 2010.

International Accounting Standard Board, IASB (2004). IAS 1 – *Apresentação das demonstrações financeiras*, publicada no Jornal Oficial da União Europeia L 394/4. Documento disponível em http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_textos_consolidados/IAS_01_Reg_2238_2004_TC+reg1910+108.pdf, 23 de Setembro de 2009.

____,IASB (2001). *Estrutura Conceptual para a Apresentação e Preparação de Demonstrações Financeiras*. Documento disponível em http://www.iasb.org/NR/rdonlyres/7AC6D6AD-23A9-4021-955A-73F4EB4332A7/0/PTSummary_Framework_pretranslation_LA.pdf, 13 Março de 2010.

____,IASB (2004a). IFRS 3 – *Concentrações de actividades empresariais*, publicada no Jornal Oficial da União Europeia L 392/4. Documento disponível em http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_textos_consolidados/IFRS_03_Reg_2236_2004_TC.pdf, 23 de Setembro de 2009.

____,IASB (2004b). IAS 21 – *Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio*, publicada no Jornal Oficial da União Europeia L 394/97. Documento disponível em

http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_textos_consolidados/IAS_21_Reg_2238_2004_TC+708.pdf, 23 de Setembro de 2009.

____,IASB (2004c). IAS 16 – *Activos Fixos Tangíveis*, publicada no Jornal Oficial da União Europeia L 394/60. Documento disponível em http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_textos_consolidados/IAS_16_Reg_2238_2004_TC+reg1910.pdf, 24 de Setembro de 2009.

____,IASB (2004d). IAS 38 – *Activos Intangíveis*, publicada no Jornal Oficial da União Europeia L 392/120. Documento disponível em http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_textos_consolidados/IAS_38_Reg_2236_2004_TC+reg1910.pdf, 24 de Setembro de 2009.

____,IASB (2004e). IAS 2 – *Inventários*, publicada no Jornal Oficial da União Europeia L 394/28. Documento disponível em http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_textos_consolidados/IAS_02_Reg_2238_2004_TC.pdf, 24 de Setembro de 2009.

____,IASB (2004f). IAS 17 – *Locações*, publicada no Jornal Oficial da União Europeia L 394/83. Documento disponível em http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_textos_consolidados/IAS_17_Reg_2238_2004_TC+reg108.pdf, 24 de Setembro de 2009.

____,IASB (2003). IAS 12 – *Impostos sobre o Rendimento*, publicada no Jornal Oficial da União Europeia L 261/61. Documento disponível em http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_textos_consolidados/IAS_12_Reg_1725_2003_TC.pdf, 24 de Setembro de 2009.

____,IASB (2003). IAS 19 – *Benefícios dos Empregados*, publicada no Jornal Oficial da União Europeia L 261/137. Documento disponível em http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_textos_consolidados/IAS_19_Reg_1725_2003_TC+reg1910.pdf, 24 de Setembro de 2009.

____,IASB (2004g). IAS 10 – *Acontecimentos após a Data do Balanço*, publicada no Jornal Oficial da União Europeia L 394/54. Documento disponível em http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_textos_consolidados/IAS_10_Reg_2238_2004_TC.pdf, 24 de Setembro de 2009.

Legge, n.º 306 de 31 de Outubro, (2003). *Disposizioni per l'adempimento di obblighi derivanti dall'appartenenza dell'Italia alle Comunitpubà europee. Legge comunitaria 2003*, publicada na *Gazzetta Ufficiale* n. 266 del 15 novembre 2003 - Supplemento Ordinario n. 173. Documento disponível em <http://www.camera.it/parlam/leggi/03306l.htm>, 7 de Abril de 2010.

Legge Delega, n.º 366 de 3 de Outubro, (2001). *Delega al Governo per la riforma del diritto societario*, publicada na *Gazzetta Ufficiale* n.º 234 de 8 de Outubro de 2001. Documento disponível em http://www.cetraonline.it/file_doc/196/13%20ottobre2001n366.pdf, 9 de Maio de 2010;

Rodrigues, L. L. e Guerreiro, M. A. (2004). *A Convergência de Portugal com as Normas Internacionais de Contabilidade*, Lisboa: Publisher Team.

Rodrigues, L. L. e Pereira, A.A.C. (2004). *Manual de Contabilidade Internacional, A diversidade contabilística e o processo de harmonização internacional*, Lisboa: Publisher Team.

Vitorino, J.M.; Mendonça, H. e Dias, P (s/d). *Recentes alterações à Quarta e Sétima Directivas e respectivos reflexos no código das Sociedades Comerciais*. Documento disponível em <http://www.cmvm.pt/NR/rdonlyres/36266866-06D6-4A56-AFA5-46BC57D6C77B/7592/Dossier2.pdf>, 11 de Janeiro de 2010.

Zambon, S. e Saccon, C. (1993). Accounting change in Italy. *European Accounting Review*, vol, 2, 245-284.